

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Alynne Lopes Salgueiro

**O ÁRTICO COMO REGIÃO INTERNACIONAL:** as recentes medidas  
geoestratégicas sob a perspectiva do Dilema de Segurança

Florianópolis

2023

Alynne Lopes Salgueiro

**O ÁRTICO COMO REGIÃO INTERNACIONAL:** as recentes medidas  
geoestratégicas sob a perspectiva do Dilema de Segurança

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em  
Relações Internacionais do Centro Socioeconômico  
da Universidade Federal de Santa Catarina como  
requisito para a obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais.

**Orientador:** Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Salgueiro, Alynne

O Ártico como região internacional : as recentes medidas  
geoestratégicas sob a perspectiva do Dilema de Segurança /  
Alynne Salgueiro ; orientador, Helton Ouriques, 2023.

57 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em  
Relações Internacionais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Ártico. 3. Estados Costeiros.  
4. Dilema de Segurança. 5. Medidas geoestratégicas. I. Ouriques,  
Helton. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Relações Internacionais. III. Título.

Alyne Lopes Salgueiro

**O ÁRTICO COMO REGIÃO INTERNACIONAL:** as recentes medidas  
geoestratégicas sob a perspectiva do Dilema de Segurança

Florianópolis, 26 de junho de 2023.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca  
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof<sup>a</sup>. Dra. Graciela de Conti Pagliaria  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof<sup>a</sup>. Dra. Danielle Jacon Ayres Pinto  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão final e original** do Trabalho de Conclusão de  
Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

---

Prof. Helton Ricardo Ouriques  
Orientador

Florianópolis, 2023

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus pelo privilégio de aprofundar no conhecimento e vivenciar esses quatro anos de curso. Também sou imensamente grata a todos aqueles que oraram por mim e torceram pelo meu sucesso; o apoio de vocês significou muito para mim. Quero estender minha gratidão à Universidade Federal de Santa Catarina, que não apenas ofereceu um ensino notável, gratuito e de qualidade, mas também me deu a oportunidade de crescer como profissional e cidadã brasileira. Durante esse tempo, fui exposta a realidades diversificadas e impactantes, o que expandiu meus horizontes de maneira inigualável. Além disso, gostaria de expressar minha sincera gratidão ao meu orientador, o professor doutor Helton, por acreditar em minha pesquisa. Agradeço imensamente por sua orientação e compreensão durante os meses desafiadores de estudo e escrita, em prol de um trabalho a vingar frutos posteriormente.

Aos meus amados pais, Glória e Israel, quero agradecer por serem meus pilares, por estarem sempre presentes e por todo o amor e apoio que me deram ao longo desses anos. Sua dedicação em tempo, esforço e energia foi e continua sendo essencial para eu poder alçar voos ainda maiores. Graças a vocês, pude realizar tantos sonhos em um curto espaço de tempo. Sinto-me abençoada por ter pais tão comprometidos e amorosos como vocês. E a você, meu irmão Israel Junior, que tem sido um companheiro de vida e história, quero expressar meu profundo agradecimento por estar ao meu lado em todos os momentos, tanto nos bons quanto nos difíceis.

A Jonas e sua esposa, meu sincero agradecimento por todo apoio, auxílio e orientação que vocês ofereceram, tanto academicamente quanto em termos de motivação. Vocês foram peças-chave nessa fase estudantil e foram fundamentais para a concretização deste trabalho. Muito obrigada pelos momentos preciosos que compartilhamos; aprendi muito com vocês e tenho um imenso apreço por ambos. À minha companheira de curso, Alessandra, quero agradecer pela oportunidade de compartilhar essa jornada universitária ao seu lado. Seu carinho e apoio foram inestimáveis nessa fase; fico imensamente feliz por termos cruzados juntas essa linha de chegada com grande estilo.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer sinceramente aos meus colegas do departamento de Importação da Ventisol Indústria - SC. Lidiane, Rodolpho, Débora, Edna, Nassim e Thiago, o carisma, a vibração e o apoio de vocês

tornaram essa fase mais agradável e menos pesada. Agradeço de coração pelo carinho e pela confiança que depositaram em mim.

“A segurança é indivisível. Ou existe igual segurança para todos ou não há segurança para ninguém. A segurança de cada nação depende da segurança de todos os membros da comunidade humana.”

GORBACHEV (1980)

## RESUMO

Um oceano cercado por terra, localizado no extremo norte do globo terrestre, vem passando por transformações devido ao gradual degelo do *permafrost* causado pelo aquecimento global, e ascendido como o eldorado da era moderna. Composto por oito Estados soberanos, o Ártico apresenta uma extensão total de aproximadamente 27,5 milhões km<sup>2</sup> e tem se tornado um ponto de interesse geoestratégico para esses países. Uma verdadeira mina de ouro, a região antes vista como peça chave militar na guerra fria, agora é um exemplo de cooperação multilateral sob uma governança exercida principalmente pelos Estados Costeiros do Árticos (ECA), com o auxílio de fóruns internacionais e da Jurisdição da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do mar. Este trabalho busca, portanto, compreender as recentes medidas geoestratégicas adotadas pelos ECA no contexto geopolítico atual, que envolve mudanças geográficas e climáticas, navegação marítima e exploração de recursos naturais. A partir de uma revisão bibliográfica e pesquisa qualitativa é possível, com o olhar do Dilema de segurança, observar um Ártico marcado por divisões territoriais e disputas relacionadas às rotas marítimas, limites marítimos, desequilíbrio de poder com a presença de novos atores como China e OTAN, competição na pesca e geração de hidrocarbonetos. Além disso, a militarização da região pela Rússia, por meio do investimento em navios quebra-gelos e fortificação militar, tem gerado incertezas e insegurança dentro de uma região em mudança.

**Palavras-chave:** Ártico. Estados Costeiros. Dilema de Segurança. Medidas geoestratégicas.

## ABSTRACT

An ocean surrounded by land, located in the extreme north of the globe, has been undergoing transformations due to the gradual thaw of permafrost caused by global warming, and ascended as the Eldorado of the modern era. Composed of eight sovereign States, the Arctic has a total extension of approximately 27.5 million km<sup>2</sup> and has become a point of geostrategic interest for these countries. A true gold mine, the region once seen as a key military element in the cold war, is now an example of multilateral cooperation under governance exercised mainly by the Arctic of Coastal States (ECA), with the help of international forums and the Jurisdiction of the Convention of United Nations on the Law of the Sea. This work, therefore, seeks to understand the recent geostrategic measures adopted by the ECA in the current geopolitical context, which involves geographic and climate changes, maritime navigation and exploitation of natural resources. From a bibliographical review and qualitative research, it is possible, with the eyes of the Security Dilemma, to observe an Arctic marked by territorial divisions and disputes related to maritime routes, maritime limits, power imbalance with the presence of new actors such as China and NATO, competition in fishing and hydrocarbon generation. In addition, the militarization of the region by Russia, through investment in icebreakers and military fortification, has generated uncertainty and insecurity within a region in change.

**Keywords:** Arctic. Coastal States. Security Dilemma. Geostrategic Measures.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – mapa político da região do Ártico .....	21
Figura 2 – delimitações geográficas do Ártico.....	23
Figura 3 – extensão máxima de gelo no Ártico .....	25
Figura 4 – média do degelo no Ártico para o inverno de 2023.....	26
Figura 5 – extensão do gelo no mar Ártico entre 1996 e 2020 em setembro.....	26
Figura 6 – instalações militares na zona CPA pós-Guerra Fria.....	41
Figura 7 – as rotas marítimas na região ártica .....	43
Figura 8 – rotas marítimas mais curtas via Ártico.....	44

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC	Conselho Athabaskan do Ártico
A5	Arctic five
AC	Arctic Council
ACAP	Arctic Contaminants Action Program
AIA	Associação Internacional Alewta
AMAP	Programa de Monitoramento e Avaliação do Ártico
AMDR II	Arctic Human Development Report
ARPIN	Associação Russa dos Povos Indígenas do Norte
CAFF	Conservation of Arctic Flora and Fauna
CNUDM	Convenção da Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CPA	Círculo Polar Ártico
COMEX	Comércio Exterior
DS	Dilema de Segurança
ECA	Estados Costeiros do Ártico
EPPR	Emergency, Prevention, Preparedness and Response
EUA	Estados Unidos da América
GIC	Conselho Internacional Gurichin
ICC	Conselho Internacional Circumpolar
IMO	Organização Marítimo Internacional
NASA	Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço
NSIDC	Centro Nacional de Dados de Neve e Gelo
OI	Organizações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Trabalho no Ártico Norte
PAME	Protection of the Arctic Marine Environment
R.I	Relações Internacionais
RNE	Rota Nordeste
RNO	Rota Noroeste
SC	Conselho Saami
SDWG	Sustainable Development Working Group
S.J	Sistema Internacional
UE	União Europeia

URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USGS	US Geological Survey
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 O ÁRTICO COMO REGIÃO INTERNACIONAL .....</b>	<b>17</b>
2.1 A REGIÃO DO ÁRTICO .....	21
2.1.1 O Conselho do Ártico .....	27
2.2 JURISDIÇÃO MARÍTIMA .....	28
<b>3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DILEMA DE SEGURANÇA.....</b>	<b>30</b>
3.1 O BREVE DEBATE CLÁSSICO DO DILEMA .....	32
3.2 A PERCEPÇÃO DO DILEMA DE SEGURANÇA NO ÁRTICO .....	36
<b>4 A CORRIDA ÁRTICA.....</b>	<b>39</b>
4.1 O PERÍODO DA GUERRA FRIA.....	39
4.2 EXPLORAÇÃO DE ROTAS E RECURSOS NATURAIS.....	42
4.3 MEDIDAS GEOESTRATÉGICAS NA ÓTICA DO DILEMA DE SEGURANÇA .	46
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A região ártica, historicamente reconhecida por seus notáveis fenômenos naturais, como a Aurora Boreal e o Sol da Meia-Noite, é muito mais do que uma área sazonalmente congelada. Essa fronteira natural no passado era uma área inóspita, de difícil acesso, hoje, sua atual conformação é o resultado dos intensos conflitos do período da Guerra Fria, que o transformaram de uma região instável politicamente e militarmente, para um espaço de cooperação intergovernamental e regional. O interesse geoestratégico na região vem crescendo à medida que as alterações climáticas provocam o degelo das calotas polares, cada vez mais latente.

Para além de um “mar congelado”, o Ártico esconde uma riqueza única. De acordo com a Agência Científica do Governo Americano US Geological Survey (USGS), 30% das reservas não descobertas de gás natural do mundo e 13% das reservas não exploradas de petróleo pertencem à região, o que o torna uma “arena cada vez mais importante para a política econômica, externa e de segurança”, ressalta Atland (2014). O gradual degelo desvela para além das questões climáticas, abre portas à exploração de recursos, tráfegos de navios por rotas mais competitivas como a Rota Noroeste e Rota Nordeste, discussões relacionadas a jurisdição marítima, direito internacional e outros, ou seja, uma região se posicionando no cenário internacional, sob gestão inflamada de grandes players das relações internacionais, como Estados Unidos e Rússia (ATLAND, 2014).

Situada em torno do Pólo Norte, formada pelo Oceano Glacial Ártico e terras mais setentrionais do planeta, a região abrange uma área de cerca de 27,5 milhões de km<sup>2</sup> entre superfície e oceano (COLACRAI, 2000). Nesse ambiente, a delimitação geográfica mais aceita é a que o define como o espaço ao norte do Círculo Polar Ártico (66° 33' 39"N) e desse modo, a região ártica estende-se pela América do Norte, norte da Europa e norte asiático englobando territórios dos Estados do Canadá, Dinamarca (Groelândia), Estados Unidos (Alasca), Rússia, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia. A zona delimitada pelo CPA não evidencia disputas relativas à soberania do polo, visto ser fundamentalmente um mar congelado e, portanto, estar sob a égide da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Contudo, a disputa atual concentra-se na busca pelo controle absoluto da região por meio de exploração militar e/ou econômica, em razão de sua história como espaço singular durante a Guerra Fria, caracterizada por ser uma área de confronto estratégico, altamente militarizada

e politicamente delicada (DOMINGUES *et al*, 2018). Esse período moldou a região em um discurso geopolítico restrito, orientado por um pragmatismo realista e interesse nacional, em que a "incerteza" era predominante nas tomadas de posição e contramedidas, especialmente no que diz respeito ao uso da região como meio de retaliação entre as duas superpotências, Estados Unidos e a antiga União Soviética (SILVA; COSSUL, 2021).

Durante a década de 1970, o Ártico deixou de ser visto como um espaço de densa securitização e passou a ser uma oportunidade de cooperação entre as duas superpotências e seus entornos na região. Essa aproximação junto aos outros Estados Costeiros culminou na assinatura da Declaração de Ottawa em 1996, que permitiu a criação do Conselho do Ártico. O objetivo principal do Conselho é centrado na cooperação, coordenação e interação entre os A-8 (oito países que compõem a região do Ártico), que também não deixa de envolver as comunidades indígenas da região para a resolução de questões comuns, sobretudo, de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental (ARCTIC COUNCIL, 2023). No presente, apesar dos esforços em conjunto com a ONU e OTAN para equilibrar o poder na região, o Ártico continua sendo um degrau que pode levar um estado a se tornar uma potência econômica futura (REI; FARIAS 2015). Nesse meio, a dissuasão nuclear entre a Rússia e os Estados Unidos exerce um efeito de contenção sobre a exploração em níveis mais intensos, conforme evidenciado pelas estratégias de política externa russa atuais no que diz respeito à região do Ártico.

Ainda que a estrutura de governança e o sistema institucionalizado na região se baseiem no CNUDM e nos mecanismos de cooperação do Conselho do Ártico, para uma "terra sem dono", ao mesmo tempo que os estados soberanos possuem simultaneamente a gestão, os fóruns internacionais e jurisdições do CNUDM parecem não ser suficiente para equilibrar as intensidades aplicadas sobre cada "domínio", o que, nesse viés, revela um cenário marcado por reações em cadeia entre o A8, aumento de defesas e incertezas sobre posse. De igual modo em outras partes do mundo, esforços de rearmamentos e ações geoestratégicas agressivas para garantia de soberania e segurança podem desencadear um efeito indesejado, levando outros a se sentirem menos seguros e, conseqüentemente, mais propensos a adotar medidas semelhantes. Portanto, embora o Ártico seja uma região de baixa tensão, não está isento das conseqüências do dilema de segurança. O conceito cunhado por Herz em 1950, também indica que o dilema pode não ser acionado devido a fatores

de violência concretos, ou seja, a simples sensação de desconforto propicia o início de um posicionamento mais inclinado a respostas rápidas defensivas e ofensivas, a ambiguidade de forças (SCOPELLITI; PÉREZ, 2016).

Portanto, partindo-se da questão norteadora da pesquisa: como o Dilema de Segurança pode ajudar a explicar as recentes ações geoestratégicas e reivindicações de soberania pelos Estados Costeiros do Ártico? O presente estudo propõe compreender as recentes movimentações geoestratégicas, vinculadas às questões de geopolítica dos ECA e OI's diante da atual região ártica, assimilando as principais características do Dilema de Segurança, de modo a observar se realmente se fazem presentes e são capazes de auxiliar na compreensão do que parece ser a retomada do antigo Ártico da Guerra Fria. Sobre os objetivos específicos, são divididos em: 1) descrever o Ártico enquanto região internacional; 2) apresentar as principais prerrogativas do Dilema de Segurança; 3) vincular a Teoria do Dilema de Segurança à atual corrida do Ártico, conforme ações geoestratégicas dos ECA e OI's a partir de 2014.

Para isso, o estudo em questão é dividido em três capítulos que se complementam para atingir o objetivo principal da pesquisa. O primeiro capítulo tem como protagonista o Ártico e descreve sua distribuição geoespacial, efeitos climáticos e jurisdição marítima. O segundo traz uma breve explicação sobre as principais prerrogativas da teoria do Dilema de Segurança, e como ela se evidencia na região do Ártico. Finalmente, o terceiro capítulo mostra a visão da corrida ártica contemporânea, abordando o período da Guerra Fria e a gradual mudança de posicionamento dos ECA, a exploração de recursos naturais, como rotas, pesca e hidrocarbonetos, culminando nas principais medidas geoestratégicas tomadas pelo A5 para gestão e controle desses recursos a partir de 2014.

Logo, espera-se justificar as novas estratégias de contenção e escaladas na geopolítica que permeiam a região recentemente, assim como compreender por que o cenário internacional prefigura a Rússia como ator principal no Ártico. Diante disso, o trabalho foi construído sobre o caráter qualitativo e para realização da pesquisa, adotou-se a metodologia da revisão bibliográfica, que envolve uma análise de literatura já publicada em livros, revistas, publicações avulsas, impressas e eletrônicas, ou seja, fontes primárias e secundárias. Todas as bibliografias utilizadas em idioma estrangeiro foram traduzidas de forma livre pela autora, destituída de caráter oficial.

## 2 O ÁRTICO COMO REGIÃO INTERNACIONAL

O atual Sistema Internacional (S.I) é o resultado dos desdobramentos da Guerra dos Trinta anos (1618-1648)<sup>1</sup> e seu fruto, a Paz de Westfália <sup>2</sup>, que findou o conflito. Contudo, para compreender a configuração mundial em seus aspectos mais detalhados, é preciso voltar a gênese das relações entre agrupamentos humanos. Para Thomas Hobbes (1588-1679), o homem tem em si a natureza má e por esse motivo, todo o ambiente é uma constante de insegurança, já que em sua visão o ser humano não mede esforços para garantir egoistamente sua sobrevivência e interesses. O medo da morte é a ligação mútua que os fazem abdicar de parte de sua liberdade e direitos à um Estado (Leviatã) que garanta paz, segurança, bem-estar e outros (JUBRAHN, LEÃES, VALDEZ; 2015). Nesse cenário, o Estado é legitimado como ator que age em prol do bem de todos, estabelecendo o que Hobbes intitulou de “contrato social”. Nicolau Maquiavel (1469-1517) ainda acrescenta que os interesses políticos dos Estados não devem sucumbir a valores morais.

Em tal ambiente montado pelo pensamento realista (focado na luta pelo poder), o absolutismo europeu é consolidado e ao passo que se alcança “certo grau de coesão doméstica, a própria manutenção da estrutura do poder estatal torna-se paulatinamente sensível à dinâmica política e comercial no âmbito das relações interestatais”, como aponta Jubrahn, Leães, Valdez (2015, p.05). Isso porque, caracteriza-se Estado como um território dotado de fronteiras e contornos distintos com uma população permanente, sob a jurisdição de um governo supremo constitucionalmente separado (JACKSON, SORENSEN, 2018); contudo, ainda que gozem legalmente de uma independência soberana, não significa que os Estados se encontram isolados.

---

<sup>1</sup>Ocorrida entre 1618 e 1648 na Europa Central, a Guerra dos Trinta Anos foi um marco em mortalidade, conflitos políticos e religiosos. Sua gênese está atrelada à expansão territorial, economia e hegemonia, questões que levaram países como França, Países Baixos, Dinamarca e Espanha a interferirem no conflito. Elementos como a Reforma Protestante e o poder do Sacro Império Romano ajudaram a intensificar a guerra e perdurá-la por longas 4 fases. Os vencedores foram a França, que como prêmio ficou com a Alsácia-Lorena, e a Suécia.

<sup>2</sup>Em 1648 foi assinado a Paz de Westfália, que provocou profundas transformações e inovou no âmbito das relações internacionais ao enfraquecer os assuntos religiosos e marcar o fim da Guerra dos 30 anos. Apesar de ser considerada por muitos um mito dos teóricos de RI, criou uma base de sustentação para as teorias realistas ou internacionais da sociedade: o prenúncio do sistema anárquico mundial, conforme Jackson e Sorensen (2018).

A coexistência entre Estados soberanos desvela diferenças, mas em conjunto formam um sistema de Estados global, que para os realistas, nada mais é que um mundo territorial. Tanto que Hans Morgenthau (1904-1980), por exemplo, defende a balança de poder militar como instrumento de controle para impedir a ascensão hegemônica de dominação completa de um deles. Nesse sentido, a ordem internacional existe em meio a uma anarquia internacional – ambiência que contempla entidades políticas soberanas sem a existência de um governo central das Relações Internacionais (RI) – e dentro dessa configuração o Sistema Internacional dá os seus primeiros passos rumo ao que é no contemporâneo, uma organização social responsável por estabelecer, manter, defender valores e condições básicas como a segurança, liberdade, ordem, justiça e bem-estar social por meio de elementos como a preservação de fronteiras, ao qual encontra-se dentro de uma complexa e multilateral globalização que conforme Lima (2000, p.87), “alimenta a superação da divisão entre interno e externo no Estado”.

O sistema internacional é caracterizado pela não existência de um Governo central. Não existe um governo supranacional, pelo menos em tese, que determine as regras de governança globais, ou que seja capaz de impor punições a Estados que “descumpram” tais regras. Entende-se que o sistema internacional é composto por Estados soberanos, política e territorialmente constituídos, que buscam maximizar seus interesses de forma legítima. A ideia de que Estados soberanos buscam maximizar interesses nacionais em um sistema internacional marcado pela inexistência de um governo central leva à constatação de que a política internacional opera em um ambiente anárquico. Dessa forma, a anarquia seria a principal característica do sistema internacional (JUBRAHN, LEÃES, VALDEZ; 2015, p.9).

A interdependência econômica, ora também globalização, segundo Mello (1999, p.165) “é caracterizada pela intensa mudança estrutural da economia internacional, com o peso crescente de transações e conexões organizacionais que ultrapassam a fronteira dos Estados”. Esse meio viabilizou a consolidação do sistema estatal moderno como um palco de lutas de interesses nacionais divergentes, em que a dinâmica de poder entre os Estados absolutistas europeus e o estado liberal, legitimado pela soberania popular, se intensificou. Assim, os mecanismos clássicos de regulação internacional, como a balança de poder e a anarquia deram vez para a governança global como nova caracterização das relações internacionais. Desde então, o mundo produzido pela Paz de Westfália, que consagrou o Estado Nacional nas RI, passa por intensas transformações após 1980, sobretudo com a transição para

o século XXI, ao qual coloca em xeque a legitimidade dos atores internacionais tradicionais (MILANI, 1999).

O novo espaço em formação partido da dinamização da acumulação de capital revela novos protagonistas, como as Regiões Internacionais. Senhoras (2015) argumenta que a ascensão das regiões tem trazido uma nova representação do espaço, principalmente, em relação às práticas espaciais das ações nacionais, uma vez que tradicionalmente o S.I era inclinado a preservação das fronteiras, agora a relevância ganha pelas regiões passa a considerá-las mais como continuidades à limites, e como resultado, as políticas externas planeiam em termos de “uma interdependência complexa que cria sensibilidades e vulnerabilidades”.

As diferentes dinâmicas capitalistas que auxiliam para a conformação S.I em vigor, resultaram de fatores combinados proporcionados pelo desenvolvimento das relações internacionais, tanto em relação a sequência de poderes nos ciclos hegemônicos ibéricos, britânico e americano quanto nas próprias fases do capitalismo (mercantil, industrial e financeiro). Dentro desse sistema, o Estado Moderno pôde consolidar o seu poder e autoridade sobre as estruturas de poder e segurança, visualizadas em suas bases territoriais bem definidas, e nesse viés, a fronteira entre o nacional e o internacional foi estabelecida (SENHORAS, 2015).

Tal limite não somente configurou um espaço geográfico, mas trouxe a possibilidade de dinâmicas internacionais embasadas em regimes plurais, regionais e, mais observável hoje, multilateral. Em complemento, Costa (2020) mostra que a sociedade ao delimitar um espaço que une a produção e o ser social cria simultaneamente um espaço político, que se projeta territorialmente, mas se caracteriza para além das fronteiras, como é o caso de regiões internacionais. Assim, quanto mais complexa essa organização, mais explícita e nítida o espaço político é, ao ponto de que independa sua disposição sob o molde clássico de Estado (COSTA, 2020).

Região, de acordo com Senhoras (2009) é uma meso escala elástica de integração da espacialidade; inclui-se nesse cenário qualquer área geográfica que tenha um recorte estratégico e/ou temático, para além de características distintas manifestadas em micro ou macrorregiões, similares entre si, que independem do aspecto geográfico físico ou social. Esse espaço constituído de arranjos contínuos ou descontínuos entre Estados Nacionais possuem como característica sobrepujante a capacidade de negociações diplomáticas, tanto de natureza cooperativa quanto

integrativa. Nesse sentido, ao passo que as governanças multilaterais se mostram insuficientes para equilibrar a balança de poder entre o grande número de atores, as regiões ganham destaque como um modo de gerir as distintas lógicas espaciais que projetam diferentes modelos de negociação (SENHORAS, 2015).

As regiões internacionais se referem a uma nova representação do espaço com efeitos específicos sobre as práticas espaciais de construções das ações nacionais, uma vez que, por um lado as fronteiras dos Estados passam a ser consideradas mais como continuidades a limites, e por outro lado as políticas externas se pensam crescentemente em termos de uma interdependência complexa que cria sensibilidades e vulnerabilidades (SENHORAS, 2015, P.419).

Considerando, então, que os Estados exercem sua soberania e convivem - dentro de limites pré-estabelecidos - sem obedecer à nenhuma instância máxima de poder, o sistema anárquico imperado dentro do S.I atual, abre caminhos para uma noção de região que vai além de extensão e localização. Para Gomes (2000), a Região em si representa a política de cunho territorial, pois abriga comunidades de interesses mútuos que se apropriam de uma porção de espaço, denominada de “território” por Friedrich Ratzel, mas também uma linha autônoma frente a um poder centralizado.

Nesse sentido, Moraes (1990) atribui ao território o estabelecimento de uma relação de equilíbrio entre população e recursos, decorrente da capacidade técnica. Ratzel (1987) acrescenta ao posicionamento quando inferiu, por exemplo, que os Estados como organismos possuem uma íntima conexão com o espaço, o que lhes dá o “senso geográfico”, ou seja, a sensação de domínio e pertencimento. Por isso, o autor interpõe a existência do espaço vital, a expressão das necessidades territoriais de uma sociedade em detrimento do seu desenvolvimento tecnológico, população e recursos naturais (COSTA, 2020).

Desse modo, o pensamento de Costa (2020, p. 40) de que a “ausência de um sistema político formal não implica, necessariamente, a ausência de uma estrutura de domínio no que se refere às relações territoriais”, evidencia que o território nessa ótica não é exclusivo do Estado. Em sua perspectiva, mais importante que a extensão, é a articulação ou coesão política nesse espaço, que para ele é um dos maiores desafios dos Estados modernos. Assim, em conta ao cenário, torna-se válida a relevância de uma região internacional no S.I, como o caso do Ártico no hodierno, por exemplo.

## 2.1 A REGIÃO DO ÁRTICO

No grego a palavra Ártico significa “urso”, porque na Grécia Antiga ele era utilizado para denominar a região do norte em que o sol se punha durante o verão, posto que sua localização está relacionada a constelação “ursa maior”. O Ártico, ao longo dos séculos continua a ser uma área em que o sol não se põe durante uma vez por ano, no verão; e genericamente, a região ártica demarca todas as terras mais setentrionais do Globo Terrestre, em torno do polo norte (DOMINGUES *et al*, 2018).

Totalizando 27,5 milhões de km<sup>2</sup>, no qual 65% desse espaço é o oceano glacial ártico, formado de água e gelo, podemos defini-lo como um oceano cercado por terras e, portanto, uma área privilegiada e estrategicamente localizada, porque circunda três continentes: América, Europa e Ásia. Outrossim, também é composta de 35% de ilhas, aos quais se destacam Groelândia – Dinamarca – e Spitzberg. Além disso, seu desenho marítimo, mesmo sendo o menor e mais raso de todos os oceanos, permite ampla comunicação com o Oceano Atlântico por meio da Groelândia e Noruega – Mar de Labrador –, como também do o Oceano Pacífico, através do Estreito de Bering, como mostra a figura 1 sinalizando o mapa político da região (COLACRAI, 2000).

Figura 1 – mapa político da região do Ártico



Fonte: ARCTIC (2021)

A delimitação do Ártico mais aceita, partindo do critério geográfico, é a que o classifica como o espaço ao norte do Círculo Polar Ártico (66°32'N), usada pelo Programa de Monitoramento e Avaliação do Ártico (AMAP). Organizações Internacionais como o Conselho do Ártico, o Centro Nacional de Dados de Neve e Gelo (NSIDC) e *Arctic Human Development Report* (AHDR-II) também definem o espaço em questão a partir da “região AMAP” ou CPA (Círculo Polar Ártico). Contudo, quando se refere à diretrizes para navegação em águas polares, pela Organização Marítima Internacional (IMO), Meana (2018) destaca alterações quanto a localização fronteira do CPA, que passa a se estender até 51.1° de latitude norte, a partir de James Bay no Canadá.

Ainda existem outras formas de estabelecer essa “fronteira ártica”, pois o próprio Programa considera a abrangência territorial e marinha ao Norte do Círculo Polar Ártico simplista, visto que a depender do critério estabelecido de análise, as fronteiras podem mudar, então é complicado estimar parâmetros fixos e invariáveis que ajudem a definir o Ártico em um formato único. Isso acontece porque a região passa por constantes mudanças de temperatura, distribuição de massas de águas, cadeias de montanhas e diferenças no *permafrost*<sup>3</sup>. Considerando a temperatura, a região pode ser demarcada através da área ao norte da isoterma<sup>4</sup> de julho de 10°C (Isotérmico de 10°C – proposto por Stonehouse, 1989), ao qual “abrange o Oceano Ártico, Groenlândia, Svalbard, a maior parte da Islândia e as costas do norte e ilhas da Rússia, Canadá e Alasca; no oceano Atlântico a oeste da Noruega e parte ao norte da Escandinávia” (WILSON; MURRAY; HUNTINGTON, 1998).

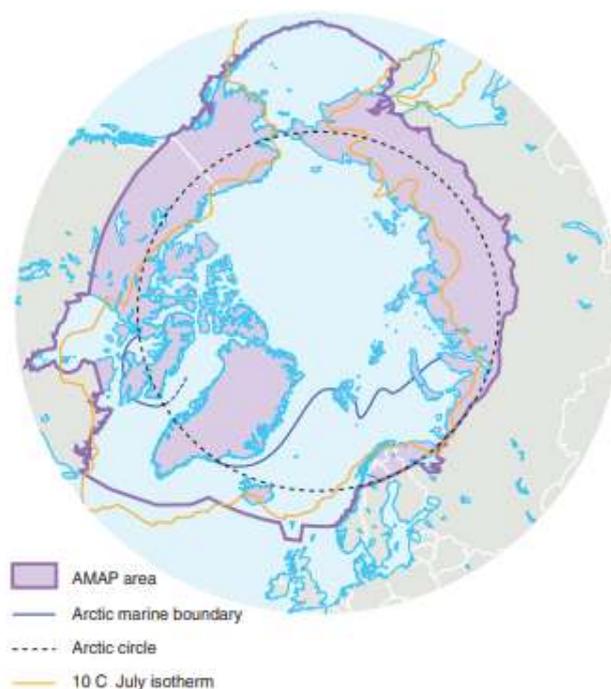
Levando em conta o clima, a extensão de camada de gelo indicada pelo *permafrost*, é utilizada como baliza para o espaço geográfico da região, assim como o método da *treeline* (linha das árvores) aos quais se usa uma linha imaginária para traçar os limites do Ártico, com base na teoria do crescimento das árvores. A figura 2 mostra visualmente na prática como as diferentes delimitações conversam entre si, e a depender do método adotado, as fronteiras árticas podem causar sérias mudanças e até desequilíbrio de poder.

---

<sup>3</sup>*Permafrost* (solo permanentemente congelado) é um solo, sedimento ou rocha que delonga a temperaturas inferiores a 0°C por um período não menos que 02 anos. Sua ocorrência é em terra firme e sua espessura varia entre 1 e mais de 100 metros (NSIDC, 2018).

<sup>4</sup>De acordo com o Cambridge Dictionary, isoterma é uma linha desenhada em um mapa meteorológico unindo todos os lugares que têm a mesma temperatura.

Figura 2 – delimitações geográficas do Ártico



Fonte: AMAP (1998)

O presente estudo se apoia na delimitação da região aos moldes do CPA, que se limita a uma latitude de  $66^{\circ} 32' N$  - conforme AMAP. Assim, fazem parte do Ártico os territórios dos Estados do Canadá, Dinamarca (Groelândia), Estados Unidos (Alasca), Rússia, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia (MATTOS; COSTA, 2021). Ademais, dentro dos oito Estados Árticos (A8), há os Estados Costeiros (ECA), que tradicionalmente têm maior contato com o Oceano Ártico, parte do seu território se encontra dentro do círculo e possuem intensa atividade na região: Estados Unidos, Rússia, Canadá, Noruega e Dinamarca (MEANA, 2018).

A região do Ártico até recentemente era pouco explorada devido à suas peculiaridades, que combinam frio extremo e relativa inacessibilidade, como aponta Domingues *et al* (2018). Ao contrário da Antártida, a região ártica é um mar congelado, ou seja, não há uma massa de terra debaixo da camada de gelo. O oceano Ártico ocupa 3% da superfície do globo terrestre e 90% de sua extensão é coberta de gelo; contudo, essa espessa e hostil camada é a responsável por manter a dinâmica do clima do planeta, através de seu potencial refletor de radiação solar, impedindo o aumento da temperatura da Terra (GREENPEACE, 2015). Ainda, de acordo com a Organização, o Ártico se posiciona como a “última fronteira de gelo, uma das poucas regiões marinhas intactas atualmente” pois as baixíssimas temperaturas, que

permitem a continuidade dos longos invernos na região, abrem espaço para que o gelo formado atue como um “ar condicionado global”, segundo os pesquisadores. O *permafrost* reflete então uma parte da radiação solar que atinge a superfície terrestre, de modo que a radiação refletida retorna ao espaço e evita o aumento no aquecimento da Terra; o fenômeno é chamado de “albedo” e desempenha um papel crucial na regulação de temperatura (GREENPEACE, 2015).

O ambiente em questão é apresentado por Colacrai (2000) como o “continente dos extremos”, e se deve não somente aos verões curtos e invernos frios, longos e escuros, mas à temperatura que pode chegar a  $-50^{\circ}\text{C}$  no inverno e a  $30^{\circ}\text{C}$  no verão; essa condição, também favorecida pelas correntes oceânicas amenas monta um cenário não tão austero quanto a Antártida, o que possibilita uma fauna e flora mais rica. Porém, dado ao oceano ártico ter a menor profundidade – cerca de 1,05 km – seu inverno peculiar transforma parte de suas águas em gelo espesso (*permafrost*), sob uma temperatura em até  $-45^{\circ}$ , por toda a região, que no presente tem sido o indicador de tensão climática e despertado outros campos das relações internacionais.

Para o Observatório da NASA (2023), o gelo marinho – água oceânica que congela e flutua na superfície do oceano -, desempenha uma função importante para o sistema climático da Terra, regulando a troca de calor entre o mar polar e a atmosfera. No Hemisfério Norte, no qual localiza-se o Ártico, a extensão máxima do gelo é alcançada entre março e abril, como observado na figura 3, e derrete apenas no início de setembro. A superfície congelada auxilia nas temperaturas baixas, por conta do alto poder de reflexão dos raios solares, ao contrário do período de derretimento desse gelo, que provoca o aumento considerável da temperatura, visto que o oceano sem uma “camada de proteção” acaba por absorver quase toda a luz solar.

Figura 3 - extensão máxima de gelo no Ártico



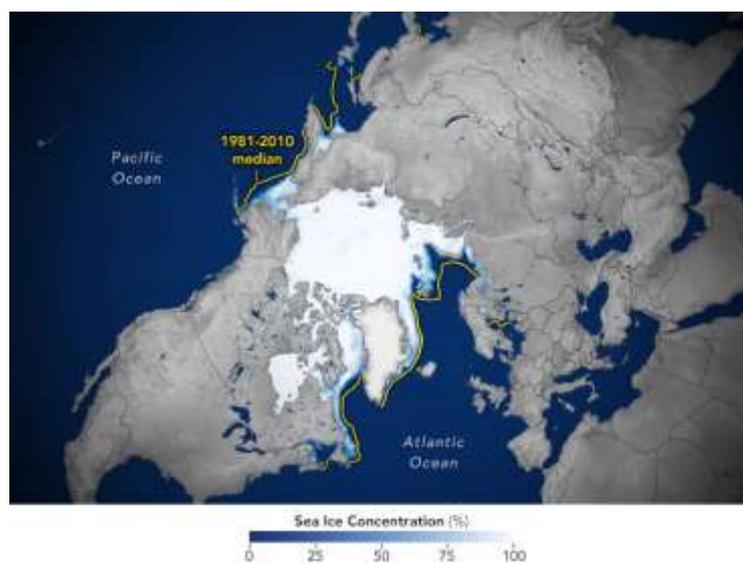
Fonte: NSIDC (2023)

De resultado se cria a tendência de “auto reforço”, ciclo no qual menos gelo traz maior absorção de calor pelo oceano, que em contrapartida leva a menos gelo. O conjunto desse desequilíbrio contribui significativamente para a amplificação do Ártico, ou seja, impacto não apenas sobre temperaturas na região, mas ao desenvolvimento da atividade humana e biosfera inerente ao ambiente em questão. Um exemplo disso têm sido o estímulo a trânsito de navios e mercadorias, por conta dos efeitos do degelo. Esse recuo vem facilitando a passagem antes intransitáveis, mas por outro lado, afeta a pescaria e outras atividades primárias de subsistência na localidade assim como abre possibilidades para danos na infraestrutura de áreas costeiras, como erosões e outros (NSIDC, 2023).

É de praxe o registro de máximos e mínimos para os meses de abril e setembro na região ártica, tanto para o observatório da Universidade do Colorado, quanto para registro oficial da NASA. No entanto, a partir de 2006 e nos anos correntes – desde o primeiro registro em 1979 – a extensão gélida vem decaindo para além da média, ver figura 4, e um grande responsável por isso seria o aquecimento global, que provoca uma perda média de 10 para 100 da superfície gelada a cada década (NASA, 2023). Os últimos 07 anos, de 2014 a 2020, foram os mais quentes a nível global já registrados e como consequência, uma notória diferença na extensão navegável no Ártico; na figura 5 é perceptível uma diferença na camada de gelo, que de 7,6 milhões

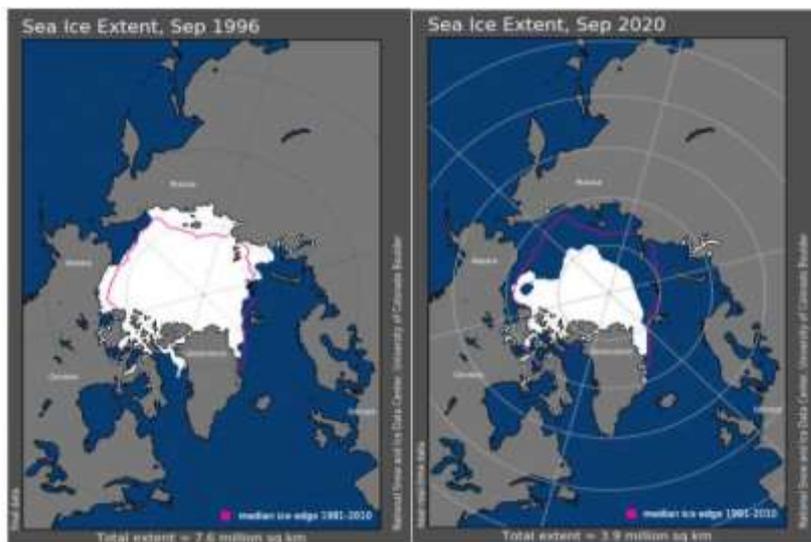
de km<sup>2</sup> de extensão em 1996 saltou para 3,9 milhões de km<sup>2</sup> conforme aponta Alves (2020). Portanto, uma redução de 3,7 milhões de km<sup>2</sup> que desde então viabilizou uma movimentação no comércio marítimo de modo a reanimar projeções econômicas interessantes para os atores principais do A-8, Rússia e Estados Unidos.

Figura 4 - média do degelo no Ártico para o inverno de 2023



Fonte: NASA - *Earth Observatory* (2023)

Figura 5 – extensão do gelo no mar Ártico entre 1996 e 2020 em setembro



Fonte: NSIDC (2020)

### 2.1.1 O Conselho do Ártico

Formalmente criado e estabelecido em 1996, por meio da declaração de Ottawa, o Conselho do Ártico (AC) é o principal fórum intergovernamental, responsável pela promoção de cooperação e coordenação entre os Estados do Ártico, assim como dos residentes da região. Possui 08 estados membros, signatários também da Estratégica Ártica de Proteção do Meio, de 1991: Canadá, Estados Unidos, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia (ARCTIC COUNCIL, 2023).

Acresce ao Conselho, 06 grupos indígenas com o status de “participantes permanentes”, distribuídos em grupos de secretariados indígenas, sendo eles: a Associação Internacional Aleuta (AIA), o Conselho Atabasco do Ártico (AAC), o Conselho Internacional Gwich'in (GIC), o Conselho Inuit Circumpolar (ICC), a Associação Russa dos Povos Indígenas do Norte (RAIPON), e o Conselho Saami (SC). A partir de 1996 os Estados Membros, sob o papel de administradores, firmaram o comprometimento com o bem-estar dos habitantes do Ártico, assim como a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, seja técnico, de manutenção ou biodiversidade sobre a região. Em 2013, integraram ao corpo China, Índia, Itália, Japão, Singapura, Coreia do Sul, Espanha e Portugal como Estados observadores (GUEDES, 2016).

O plano estratégico para o Arctic Council (2023) é destinar o Ártico a ser “região de paz, estabilidade e cooperação construtiva, que é um lar vibrante, próspero, sustentável e seguro para todos os seus habitantes, incluindo os Povos Indígenas, e onde seus direitos e bem-estar são respeitados”, porém Guedes (2016) acredita que nos últimos anos, os projetos e iniciativas arquitetadas tem rumado muito mais para o viés político, do que propriamente a pauta ambiental, como consta em sua gênese. Parte dessa nova direção é consequência de geoestratégias dos ECA para com as recém descobertas reservas de hidrocarbonetos, petróleo e gás natural e o desenvolvimento da navegabilidade na região, intensificada pelo aquecimento global e o relativo desaparecimento da calota ártica. Ou seja, ainda que a premissa maior para o fórum seja a cooperação multilateral, o que se desenha a vista dos posicionamentos de grandes players da região como a Rússia, EUA e Canadá é um sentido oposto, o de ampliação de meios unilaterais para expansão de domínio e capacidade individual (GUEDES, 2016).

Não sendo um fórum permanente, as reuniões do concelho são realizadas a cada dois anos e adquirem o status de ministeriais, na qual a cerimônia seguida das pautas ficam a cargo do presidente da sessão. No intuito de atender a todos os eixos temáticos que envolvem a região, foram estabelecidos seis grupos de trabalho: a) *Arctic Monitoring and Assessment Programme* (AMAP); b) *Arctic Contaminants Action Program* (ACAP); c) *Conservation of Arctic Flora and Fauna* (CAFF); d) *Emergency, Prevention, Preparedness and Response* (EPPR); e) *Protection of the Arctic Marine Environment* (PAME) e f) *Sustainable Development Working Group* (SDWG) (FALLADA, 2018).

## 2.2 JURISDIÇÃO MARÍTIMA

A instauração e aplicação de um regime específico para a governança no Ártico ainda é considerada um ponto sensível na relação entre seus estados membros, em especial, para os costeiros federais: EUA, Rússia e Canadá. Um dos fatores observados anteriormente têm sido o rápido desenvolvimento da região como instrumento para o uso humano em fins securitários e exploração de recursos; a partir daí a oposição é notada categórica, justificando-se apenas com conjuntos de sistemas legais, como o caso do AC, o suficiente para o equilíbrio administrativo desse espaço. A controvérsia tornou-se prática com a assinatura do A5 - Estados Unidos, Rússia, Canadá, Noruega e Dinamarca - da Declaração de Ilulissat em 2008, refutando qualquer desvio estabelecido pelo Relatório de Desenvolvimento Humano II, resultado da Declaração Ministerial de Outubro de 2002 promulgada pelo Conselho do Ártico. Desse modo, leva-se em conta os sistemas legais do Ártico como sendo os dos oito Estados que o compõe – incluindo Groelândia e as ilhas de Faroe -, três federais e cinco unitários (PEREZ, 2014).

Sobre mecanismo de cooperação, o que melhor se destaca são as diretrizes criadas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), um acordo internacional assinado em 1982 e sob vigor desde 1994, no qual estabelece a ordem jurídica de comum acordo entre os Estados partes “o uso para fins pacíficos da dos mares e oceanos, a utilização equitativa e eficiente dos seus recursos, o estudo, proteção e preservação do meio marinho e a conservação dos seus recursos vivos”. Assim, o Ártico como zona marítima em quase sua totalidade, se encaixa na ordenança. Vale ressaltar que o A8 é signatário da Convenção, à exceção dos EUA,

apesar de aceitar o Direito do Mar como direito internacional consuetudinário (MAENA, 2018).

Assistida pelas seções que compõe a Convenção em vigor, o acordo traz recursos e “mecanismos” para auxiliar na diminuição de disputas fronteiriças e expansão de limites sobre a plataforma ártica, principalmente, para além da Zona Econômica Exclusiva<sup>5</sup> (ZEE), posto vista que à medida que os limites aumentam, também o direito de exploração legitimada sobre os recursos naturais localizados além de 200 milhas náuticas<sup>6</sup> da plataforma continental<sup>7</sup> do Estado Costeiro (CNUDM, 2023). O braço da ONU para pautas marítimas cresce e esclarece sobre a soberania marítima, regulando os espaços que pertencem a cada Estado assim como passagens internacionais livres de restrições, seja comercial ou securitária, ou seja, um conjunto de “regras” para a navegação internacional, na visão de Maena (2018).

Essa regra é aplicada a todos os mares, e como observado no decorrer do capítulo dois, a região do Ártico e seu oceano são, de certo modo, peculiares se comparado a outros espaços geográficos. Portanto, carece de regras especiais quando se trata de alvos vulneráveis e que possui desafios não minados. Assim, é válida a posição de Fallada (2018) ao enunciar que as diferentes possibilidades ao caminho marítimo no Ártico ressoam na comunidade internacional como uma oportunidade: um potencial de exploração e ascensão facilitados pelas alterações climáticas, que em consequência traz à tona a discursão sobre a extração e manejo de recursos estratégicos tanto quanto a atividade humana em geral no ambiente.

---

<sup>5</sup>A zona econômica exclusiva é uma zona situada além do mar territorial e a este adjacente...” (CNUDM, art. 55) e “...não se estenderá além de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial” (CNUDM, art. 57). O Art. 56 da CNUDM reconhece os direitos soberanos dos Estados Costeiros nessa região, de modo a usá-la para “exploração e aproveitamento, conservação e gestão de recursos naturais, vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e de seu subsolo, e no que se refere a outras atividades e aproveitamento da zona para fins econômicos, como a produção da energia a partir da água, das correntes e dos ventos”.

<sup>6</sup>Conforme o glossário do Ministério de Defesa do Brasil (sob caráter do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) milha náutica é uma unidade de medida de comprimento ou distância equivalente a 1.852 metros, utilizada quase exclusivamente em navegação marítima e aérea e na medição de distâncias marítimas.

<sup>7</sup>Conforme o Serviço Geológico do Brasil (SGB) plataforma continental é uma porção do fundo oceânico que margeia os continentes, indo da linha da costa até a profundidade de aproximadamente 200 m. É plana, com uma inclinação muito suave (1 m de declive para cada 1.000 m de extensão) e largura variável (70 a 80 km em média, podendo chegar a várias centenas).

### 3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DILEMA DE SEGURANÇA

O atual Sistema Internacional apresentado ao longo do capítulo dois reflete uma tênue linha entre a cooperação e conflito nas relações dos Estados Soberanos, legitimada pela anarquia internacional. As premissas básicas do realismo clássico que mantiveram esse mundo territorial constante por um tempo: como a natureza em sua gênese má, ou então as relações internacionais modeladas sobre o conflito, assim também valores de segurança nacional e sobrevivência acima de qualquer utopia, não parecem ser mais o suficiente para ajustar e equilibrar o mundo pós capitalismo, marcado por uma interdependência econômica e suas multifacetadas de cooperação. Não obstante a globalização tenha atribuído à comunidade internacional novas funções mais diplomáticas para a manutenção de condições básicas - segurança, liberdade, ordem, justiça e bem-estar social - a coexistência de Estados sem um governo central não deixou de ser marcada por incertezas que beiram romper esse “status quo” (CASTRO, 2012).

Seres humanos preocupados com o próprio bem-estar nas relações competitivas uns com os outros, no objetivo constante de chegar ao comando mor, prezando sua segurança e evitar ser explorado: esse é o comportamento que, para Jackson e Sorensen (2018), caracterizou bem as relações humanas no período do século XX, sinalado por duas grandes guerras mundiais e um embate final de grandes *players*, a Guerra Fria. Na visão do pensamento realista, acredita-se que o desejo por poder é uma característica inerente à natureza humana, e isso se aplica tanto aos homens quanto às mulheres, tornando-se evidente na política, sobretudo, na política internacional. Ao passo disso, o principal pensador desse período, Hans Morgenthau (1904-1980), define política como uma luta pelo poder sobre os homens independentemente de qualquer objetivo, pois o poder é o alvo imediato, e o modo de tê-lo, mantê-lo, e apresentá-lo determinam a técnica da ação política (JACKSON; SORENSEN, 2018).

Assim, o Estado assume um posicionamento soberano e autossuficiente, de autotutela na qual, explica Castro (2012, p.311), “o detentor de poder e de domínio sobre os demais seres tende a possuir uma percepção de que pode ser autor e julgador dos seus atos autolegitimados”.

O Estado é, portanto, visto como protetor de seu território, de sua população e do seu modo de vida distinto e valioso. O interesse nacional é o árbitro final para julgar a política externa. O fato de que todos os Estados devem seguir

seu próprio interesse nacional significa que não é possível confiar completamente em outros países e governos. Assim, os acordos internacionais são provisórios e condicionais e os Estados cumprem conforme sua vontade e disposição. Ou seja, tratados e outros acordos, convenções, hábitos, regras, leis entre os países são simplesmente contratos convenientes e podem e serão ignorados se prejudicarem os interesses vitais dos Estados: território e projeção de influência. Não há obrigações internacionais no sentido jurídico ou ético do termo (Jackson, Sorensen, 2018, p.105).

Diante desse jogo se modelando no pós-Westfália, é realçada a problemática da ameaça e o uso das forças humanas (JACKSON; SORENSEN, 2018). A busca pela previsibilidade e estabilidade por meio do exercício do poder e da imposição de força era o principal objetivo no cenário internacional, onde as ações visavam primordialmente aos interesses individuais dos Estados, bem enfatizado pelos autores, sob a existência de anarquia, nos dilemas de segurança e no sistema de autoajuda dos Estados. Ademais, os interesses individuais dos atores políticos dão forma, funcionamento e coesão ao sistema político centrado em interesses. Existem, além disso, a desigualdade e a conseqüente busca pelo militarismo e a geoestratégia de defesa e manobra e a lógica da conquista como eixos centrais (CASTRO, 2012, P. 318).

Porém, e se a liberdade estatal para agir de acordo com suas vontades, somada ao choque dos macros interesses de o sistema internacional acabar por tornar o ambiente incapaz de sustentar a harmonia de suas fronteiras? Castro (2012) desenvolve o questionamento ao direcionar o ponto de ruptura da paz na incerteza, pois à medida que essas assimetrias se contrapõem, tanto de informações quanto de desigualdades, mais nítido fica a instabilidade e a necessidade de equilíbrio de poder. A incoerência é ajustada ao reconhecer que há duas diferentes moralidades aplicadas ao SI; ou seja, há uma moral para a esfera privada e outra distinta para a pública e, nesse sentido, a ética política releva algumas ações que não seriam toleradas na moralidade privada. Nesse ponto, para os principais teóricos da linha de pensamento, se encontra a essência da política: “durante uma guerra [...] o Estado é obrigado a ignorar os direitos humanos pelo bem do interesse nacional, já em outras situações, pode ser necessário sacrificar um bem menor em função de um maior e escolher o menor dos males” (JACKSON; SORENSEN, 2018, p.114).

### 3.1 O BREVE DEBATE CLÁSSICO DO DILEMA

Como é possível então, dentro da Anarquia Internacional<sup>8</sup> Estados soberanos com objetivos símeis desencadearem uma competição de conflito armado, ainda que a real intenção não exista entre eles? A premissa contraditória já era percebida no século V, à exemplo dos escritos de Tucídides em relação a guerra do Peloponeso, como também nos estudos de Thomas Hobbes, ao enfatizar a condição pré-civil de o estado da natureza tendencioso a uma guerra permanente, de cada homem contra cada homem – a vida em risco constante, uma ameaça que não oferece garantia de término. Porém, uma viável resposta veio aparecer em 1950, com um artigo publicado na revista *World Politics* intitulado de: *Idealist Internationalism and the Security Dilemma* (PICCININI, 2015).

No cenário realista o conceito do Dilema de Segurança, cunhado por Jhon Herz, com auxílio de Herbert Butterfield e Robert Jervis – os três considerados preponentes originais da linha de estudo –, ao passar do tempo contemporâneo ajudou a explicar eventos históricos mundiais que transformaram significativamente as relações internacionais e o S.I, tais como a 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> Guerra mundial, a origem e fim da Guerra Fria, e até os conflitos étnicos nas ex-repúblicas da União Soviética, por exemplo. No hodierno, é uma importante ferramenta de discussão sobre o gerenciamento de armas e conflitos, um desafio preeminente na política internacional (TANG, 2009). O dilema de segurança (D.S), de acordo com Herz (1950), é uma noção estrutural no qual a autoajuda<sup>9</sup> de um Estado, pensando resolver seus problemas de segurança, tende a levar independente da intenção, a uma sensação crescente de insegurança a outros Estados, isso porque cada um interpreta suas ações sob ótica exclusiva, e assim, um pode tê-las sob olhar defensivo enquanto o outro a verá como potencialmente ameaçadoras. Mais aprofundado

Onde quer que uma sociedade tenha existido [...] surgiu o que talvez seja chamado de “dilema de segurança”, dos homens, ou grupos ou líderes.

---

<sup>8</sup>Waltz (1979) considera a anarquia como uma das três características principais da estrutura política internacional, sendo o somatório das unidades funcionais e distribuição de recursos. O princípio define a estrutura internacional conforme a maximização de oportunidades de sobrevivência e atores racionais/unitários, ainda que com o uso de meios violentos, pois não há uma autoridade máxima que impere sobre eles e sobreponha suas soberanias individuais.

<sup>9</sup>Cunhado por Kenneth Waltz, o conceito traz a prerrogativa de que cada Estado deve contar somente consigo mesmo para realizar suas tarefas. Ou seja, “Um Estado é soberano quando decide sozinho como enfrentará seus problemas internos e externos” (Waltz, 1976, p.96).

Grupos ou indivíduos que vivem em tal sociedade devem estar, ou geralmente estão preocupados com sua segurança, pois podem ser atacados, submetidos, dominados ou aniquilados por outros grupos e indivíduos. Esforçando-se para estar seguros de tais ataques, são levados a adquirir cada vez mais poder para poder escapar do impacto do poder dos outros. Isto, por sua vez, torna os outros mais inseguros e os obriga a se preparar para o pior. Uma vez que ninguém pode se sentir totalmente seguro em um mundo de unidades concorrentes, a competição pelo poder segue, dando origem a um círculo vicioso de segurança e acumulação de poder (HERZ, 1950, P. 157, *tradução nossa*).

Em suma, o autor atribui que a principal preocupação dos Estados ou unidades em garantir sua sobrevivência, dentro do sistema anárquico, os leva a prezar a segurança máxima buscando meios e ferramentas para isso. Porém, também provoca insegurança nos outros Estados que, por conseguinte se armam, seja em presença regional, ou também investimento tecnológico para conter as possíveis ameaças geradas pelo posicionamento do Estado “forte”. Como resultado, essas ações podem evocar uma corrida armamentista, de influência ou até técnica (o caso da GF e o desenvolvimento de foguetes) em que os pesos de força estariam ligados à capacidade de resposta dos atores participantes; ou seja, a prerrogativa de segurança gera o efeito oposto: o de insegurança. Isso porque a própria palavra traz uma noção da profundidade da incerteza, pois conforme o *The American Heritage Dictionary* (1978) *Apud* Wheeler e Booth (2008, p. 4, *tradução nossa*) “a natureza de um dilema é a presença de uma escolha difícil; a palavra deriva do grego para uma “posição ambígua”, [...] uma situação que exige a escolha entre duas alternativas igualmente equilibradas”. Portanto, uma circunstância que causa desconforto e irritação.

No entanto, diante da incerteza e do medo - frutos do ambiente anárquico - para Herz (1950) a natureza do homem não tem a tamanha relevância quanto o ambiente ao qual ele está inserido. Ou seja, se sua natureza é pacífica e/ou cooperativa, dominadora e/ou agressiva, “A condição que nos interessa aqui não é biológica ou antropológica, mas social” (HERZ, 1950, p.157, *tradução nossa*). A centralização no ambiente e não na condição não impede a cooperação social como fator fundamental da vida social, todavia a cooperação e a solidariedade acabam por se tornar simples elementos em situação de conflito, alocando-as na posição de consolidação e fortalecimento interno do grupo particular contra outros na competição (HERZ, 1950).

Jervis (1978) acrescenta que em meio ao dilema de segurança, a sensação de suspeita pode ser crucial para a posição de cooperação ou não, pois a ação de um

dependerá da ação similar dos outros, ou seja “a menos que cada pessoa pense que os outros irão cooperar, ela mesma não o fará” (JERVIS, 1978, p. 168). Nesse sentido, o impulso inicial de um ator, em especial o Estado, é garantir a sobrevivência de sua escolha e, portanto, impedir que a decisão dos outros sacrifique sua estratégia piloto. Desse modo, qualquer suspeita bloqueia a ação futura, quando se trata de um grupo diante de um cenário conflitivo; e a possibilidade de desertar – desistir – do conflito se torna maior. Isso não invalida arranjos que possam permitir cooperação, embora os atores prospectem um objetivo em comum, tornam-se cientes de que podem não conseguir alcançá-los. A base lógica do dilema é perceptível também na ambiguidade dos meios de força<sup>10</sup>, em que as realidades táticas e estratégicas trazem o fato de que as mesmas capacidades militares podem ser desenhadas tanto para fins defensivos quanto ofensivos. Isso porque este normalmente é concebido em termos militares e ainda mais evidente na dinâmica competitiva do aperfeiçoamento e produção tecnológica voltadas à segurança, para viabilizar o emprego da força (MCNEILL, 1982; O’CONNELL, 1985 *Apud* MENDES, 2017).

Diante disso, Mendes (2017) configura a lógica do conceito como a *rationale* do realismo estrutural, pois em sua visão, ela é capaz de combinar os dois processos através dos quais a estrutura do Sistema Internacional, segundo Waltz, exerce seus efeitos indiretos: competição e socialização (Waltz, 1979, p. 127). Contudo, para a operacionalização do dilema, o neorealismo (realismo estrutural) de Kenneth Waltz tinha utilidade à medida que garantia a anarquia e a sobrevivência. Por isso, Herz (1950) afirmava que o histórico de fracassos de grandes movimentos sociais e políticos na modernidade, de caráter idealista, poderiam ser atribuídos ao dilema de segurança (MENDES; REZENDE, 2020).

Em contexto, o dilema de segurança possui então dois aspectos ímpares no debate central das relações internacionais, na visão de Wheler e Booth (2008): o material por meio das armas e o psicológico através da incerteza, os sustentáculos da difusão do medo e o porquê da subjugação dos problemas de cooperação, ou seja, a falta de confiança. Eles acreditam que o D.S é mais que um problema estratégico, trata-se de dois dilemas que obriga o tomador de decisão optar por um deles. A

---

<sup>10</sup>Conforme a teoria da Guerra de Clausewitz, trata-se de uma combinação entre tática e estratégia ao qual dentro de um combate, quando há o informe do uso combinado dos combates para atingimento do objetivo político da Guerra. Ver mais em Clausewitz (1993); Diniz & Raza, (1998)

primeira opção é pender sua análise para a interpretação dos motivos, nesse caso, as intenções e os recursos envolvidos do outro lado da disputa. Já a segunda leva em conta a reação, a resposta ao ponto de questionamento inicial.

No primeiro nível, o dilema de interpretação seria um desafio imposto aos tomadores de decisão, em questões que envolvem segurança, como uma difícil escolha entre duas opções ou entendimentos políticos: decidir se o aumento de armamentos do vizinho é por motivos defensivos - o qual estaria, portanto, tentando aumentar sua segurança em um mundo de incerteza - ou por motivos ofensivos - isto é, estaria tentando mudar o status quo em seu favor. No segundo nível, o dilema de reação, ou resposta, é um desenvolvimento lógico do primeiro dilema. A partir da decisão tomada no primeiro nível, os formuladores de política terão de determinar como irão reagir (PICCININI, 2015, P. 18).

Ao pensar sob a perspectiva exposta por Wheeler e Booth, um novo ponto de discussão surge à linha de estudo, quanto a intencionalidade do sujeito que desperta a insegurança no outro. Butterfield (1951) traz à tona a existência ou não de intenções por trás de uma ação pensada na segurança. Sua concepção era que a guerra somente seria a consequência do D.S caso ambos os lados inicialmente não tencionassem a um conflito propriamente dito, contudo, por estarem presos no ciclo vicioso causado pelo dilema, não conseguiriam evitá-la. Assim, o ambiente instigado pelo dilema poderia muito bem ser apenas ilusório, e não real (MENDES; REZENDE, 2020).

Logo, se configura o dilema para o historiador a presença das seguintes características: o pecado universal da humanidade – o medo hobbesiano –, a incerteza sobre as intenções do outro, intensidade a partir de fatores psicológicos e o principal, de origem não intencional. Dentre seus argumentos está também o dilema de segurança como a causa fundamental de todos os conflitos humanos. John Herz não deixa claro sobre a intencionalidade do D.S, mas refutou a tese última de Butterfield, quando afirmou que não houve este entre a Alemanha nazista e os outros Estados rivais, porque as más intenções o anulam. Desse modo, predispõe a não intencionalidade como gênese da teoria, haja vista a natureza paradoxal e autodestrutiva por detrás da corrida pela segurança dentro da anarquia, assim como a premissa de que o dilema pode causar guerra, mas não é a causa de todas as guerras, e por último, que a dinâmica do conceito é um ciclo vicioso, se auto reforça (TANG, 2009).

### 3.2 A PERCEPÇÃO DO DILEMA DE SEGURANÇA NO ÁRTICO

Quando aplicado o conceito sobre uma região vivida em dois eixos distintos dentro de um curto período de tempo, no caso do Ártico, o sentimento chave para criação de um ambiente com dilema de segurança é a falta de certeza. Mesmo sabendo no hodierno sobre a baixa tensão de conflito entre os Estados Costeiros, isso não os exime de tomar decisões, porventura a serem ambíguas. Atland (2014) argumenta que se não mantiverem ou fortalecerem suas capacidades militares ou geoestratégicas é capaz de que outros mais poderosos explorem suas fraquezas e riquezas em seu controle. Porém, adverte que fortalecendo seu poderio, automaticamente o nível de tensão militar na região vai aumentar, pois os envolvidos no entorno serão obrigados a responder, a mesma lógica proposta pelos autores clássicos do DS notados no decorrer do capítulo. Anos antes o autor chegou à conclusão, ao perceber as estratégias tomadas pela Rússia entre 2004 e 2007, de como o Kremlin percebe o ártico: sua base primária de recursos no século XXI (ATLAND, 2011).

A percepção russa sobre o Ártico atual é de cerceamento, sobretudo, perante a crescente influência da OTAN na região por meio de seus países membros. Nesse panorama, a resposta geopolítica é focada na reascensão do poderio antes visto na Guerra Fria. Apesar de ter havido um declínio acentuado de gastos militares da Rússia na região, fechamento de bases e atrofiamento de frotas, tudo isso logo ao término do conflito. A recente necessidade de firmar influência e poder na infraestrutura pensada na futura exploração de recursos, fez os russos voltarem atrás no que viam como baixa tensão militar e cooperação integrativa. Ao considerar que todos os A8 têm interesse em fortalecer suas capacidades em oposição a um possível combate na região, o posicionamento russo não foi diferente: sua política externa atual se volta em recuperar essas capacidades mitigadas (BYERS; COVEY, 2019).

A Rússia procurou recuperar essas capacidades retomando os voos de bombardeiros, construindo novos quebra-gelos, reabrindo bases árticas e instalando sistemas de mísseis antiaéreos em torno delas. A Rússia também realizou grandes exercícios militares no Ártico, principalmente ao longo suas fronteiras com a Finlândia, Suécia e Noruega. Em setembro de 2019, por exemplo, os exercícios Tsentr-2019, envolvendo 130.000 soldados em toda a Rússia, incluíram movimentos de navios e aeronaves no Ártico russo. (BYERS; COVEY, 2019, p. 5, *tradução nossa*)

Desse modo, a chegada da OTAN no cenário ao qual quatro dos cinco membros do ECA fazem parte da OI, principalmente através de acordos para utilização de passagens marítimas e exploração de petróleo, desencadeou medidas de rearmamento russo à título de resposta defensiva a tais pressões externas e alianças atlânticas. Esse cenário facilita um sentimento de quatro contra um aos russos, principalmente quando se trata da sua longa preocupação sobre a expansão da organização na Europa Oriental e um “mandato” dela no Oceano Ártico– o que não deixa de se intensificar ainda mais com a recém entrada da Suécia e Finlândia na OTAN<sup>11</sup> (BYERS; COVEY, 2019).

É fato que ainda diante de um dilema de segurança, e considerando o cenário da região ártica no momento, “nenhum dos ECA espera que a região se torne uma arena de conflito, a julgar pela retórica política oficial de cada um, porém não excluem a possibilidade de divergências interestatais”, aponta Atland (2014, p. 146). O acesso a recursos naturais, rotas marítimas estratégicas em águas costeiras são pólvoras para diferentes interpretações a partir de medidas geoestratégicas ditas “agressivas”. Outras ações ligadas ao viés securitários, mas sob pretexto de proteção fronteiriça e interna como mudanças no padrão de operações e patrulhamento militares podem ser vistas como ofensiva e justificado contramedidas por parte do rival/vizinho (ATLAND, 2014).

Contudo, “incerteza nem sempre é sinônimo de insegurança”, Atland (2014, p.146) já apontava, e assim, se faz justificável a presença da cooperação no entorno Ártico. No entanto, a cooperação militar é mais sensível para o estabelecimento de uma atmosfera de confiança mútua. Por isso, é essencial “a disposição e a capacidade de os atores considerarem como seus movimentos geoestratégicos na região são percebidos por outros e como eles podem reduzir o risco de falhas de comunicação” (ATLAND, 2014, p.146). Assim, a transparência é passível de amenizar os padrões de dilema de segurança na região, voltados ao ataque e defesa, e outros investimentos e desenvolvimentos políticos assumem o papel, tanto de equilíbrio como de impulsionadores ao acúmulo de poder e influência.

---

<sup>11</sup> Os dois países solicitaram a adesão à aliança após a invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022 e suas propostas de adesão foram ratificadas pelos membros do grupo. Leia mais em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entrada-rapida-de-suecia-e-finlandia-na-otan-e-mais-importante-que-adesao-conjunta-diz-secretario-geral/>. Acesso em 02 jul. 2023.

Um exemplo visível atualmente é o uso de Operações de Busca e Salvamento (SAR) entre os Estados Árticos na gestão de risco que envolvem a navegação no Ártico, haja vista o crescente degelo e maior mobilidade do gelo marinho e calotas polares na região – efeitos do aquecimento global. Rússia e Canadá são os protagonistas em investimento para essa área, sobretudo, diante do aumento das vias marítimas navegáveis e pesca extensiva. Ambos os países citados acabam por aumentar as chances de um concreto dilema, por conta de um certo “exagero” das preocupações com a segurança na região, direcionadas a fins políticos domésticos. No entanto, é perceptível através de acordos e gestão do Conselho do Ártico o desenvolvimento de múltiplos canais transnacionais, que podem servir de antídoto à concretude do que seria o antigo cenário ártico da guerra fria (BYERS; COVEY, 2019).

## 4 A CORRIDA ÁRTICA

Como bem observado no capítulo dois, o ambiente hostil e quase inóspito na região ártica dificultou por muito tempo sua exploração e desenvolvimento. A partir de 1905, quando o norueguês Roald Amundsen conseguiu com sucesso atravessar o Estreito de Bering e chegar no Oceano Pacífico, grandes *players* – Rússia e EUA, por exemplo – perceberam que na verdade estavam diante de uma área estratégica, e não apenas uma região quase oceânica sazonalmente congelada. O “Eldorado da era moderna”<sup>12</sup> ou “Telhado do mundo”<sup>13</sup>, passou por diferentes focos de proveito conforme suas excêntricas características apresentavam vantagens futuras nas relações bilaterais e cooperação multilateral da região para, sobretudo, os ECA e Organizações Internacionais, à título da ONU, OTAN e União Europeia (UE). Aspectos como um espaço territorial facilmente aplicável como um pavimento científico e linha neutra diante de uma guerra, caso da Guerra Fria; rotas comerciais mais rentáveis: rota noroeste, rota nordeste e a adjacente Mar do Norte, graças aos fenômenos de degelo agravados pelo aquecimento global, pesca e não menos importante, a grande concentração de petróleo e gás natural não extraídos, cerca de 13% e 30% das reservas mundiais, respectivamente (DOMINGUES *et al*, 2018).

### 4.1 O PERÍODO DA GUERRA FRIA

O Ártico teve um papel importante durante a Guerra Fria, protagonizada pelos Estados Unidos e a antiga União Soviética (URSS). Nesse período, Colacrai (2000) aponta a operacionalidade na região focada em trocas estreitas sem concessões, ou seja, conforme modalidades e motivações por trás desse processo; assim, o Ártico da época foi construído sobre acordos limitados e questões muito específicas que garantissem posse territorial e pontos estratégicos para possíveis retaliações ou respostas rápidas. Além disso, é importante notar que o fenômeno de degelo na região não é recente, embora tenha sido intensificado pelas temperaturas globais e atividades humanas. No entanto, durante o conflito esse problema recebeu uma

---

<sup>12</sup>Termo usado por Rei e Farias (2015)

<sup>13</sup>Termo usado por Rodríguez (2019)

atenção especial, pois a estação de diminuição do gelo revelava a potência estratégica regional do território e sua posição vantajosa (COLACRAI, 2000).

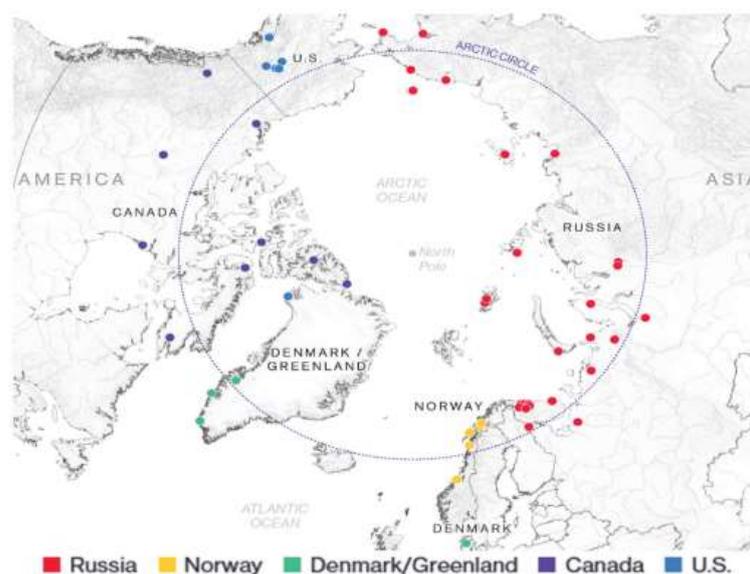
Sendo o caminho mais curto entre os dois *hegemon*s rivais, EUA e URSS aproveitaram o Ártico para desenvolvimento de suas tecnologias aéreas utilizando-se desse espaço em testes de mísseis balísticos, rotas aeronáuticas e aprimoramento de sistemas de alerta antecipado/precoce (GOÉS, 2017). O setor militar era o peso de avaliação na percepção de riscos e análises de segurança no período. Atlând (2014) sinaliza que as dinâmicas de segurança envolvidas na região eram voltadas para o avanço militar, e Organizações Internacionais não estavam fora desse esboço. A OTAN por meio dos Estados Costeiros do Ártico, por exemplo, assumiu um papel de destaque em auxílio na contenção do avanço de Stalin aos oceanos mundiais, mas o autor argumenta que houve supressão de posicionamento devido à forte presença soviética. Por outro lado, a pavimentação científica da região evoluiu com as explorações e expedições patrocinadas por EUA e a antiga União Soviética. Graças a isso um grande avanço científico foi possível na oceanografia, geologia e geografia para os ECA; como o caso do mapeamento do terreno e catalogação de fauna e flora feito pelos soviéticos (SILVA; COSSUL, 2021).

Porém, a incerteza e o sentimento constante de insegurança que pairavam o Ártico, tornavam a troca de informações militares, diálogos pautados em planejamentos, atividades, medidas, verificação e cumprimento militar uma constante diária, e somente aumentaram a percepção de um dilema de segurança no ambiente. (SCOPELLITI, 2016). Isso porque, no decorrer do embate “silencioso” ficou evidente as dinâmicas estatais pensadas em termos de competição e soberania territorial, em especial áreas costeiras e rotas temporárias; ao contrário do que defende Costa (2020, p. 40) que: “mais importante que a extensão territorial, é a articulação e a coesão do espaço político”. Nesse viés, a possibilidade de penetração do inimigo e interferência no alinhamento estatal-territorial – proposto por Ratzel, no qual a unidade do Estado está intrinsecamente ligada ao equilíbrio entre os habitantes, o solo e o Estado – no Ártico aparentava uma ameaça ao espaço político se construindo (COSTA, 2020).

Renunciar à luta, renunciar ao espaço vital, significará a decadência de um povo. Esta lógica é a que marcará a dinâmica territorial do Estado, uma lógica de caráter hobbesiano em que o conflito fica legitimado por um direito natural, o de dar segurança e satisfação às necessidades da população (ARCASSA; MOURÃO, 2011, p.9).

A URSS em especial, nessa justificativa de territorialidade, avançou na exploração de recursos naturais disponíveis, principalmente minérios de ferro, essenciais para a industrialização que ocorria na Rússia de Stálin. Outrossim, o investimento soviético e estadunidense em bases e tríades de lançamentos balísticos intensificaram a militarização da zona CPA, como revela a figura 6 (ATLÂND, 2014). Ademais, de acordo com Heininen, Sergunin e Yarovoy (2014), a região chegou a receber durante a guerra 172 submarinos operantes, 14 navios de grande porte, 12 navios auxiliares e 400 aeronaves, um nítido indício da tensão militar devido a sua posição média entre as superpotências. Portanto, acreditava-se que a possibilidade de ataque via Ártico era altíssima e, portanto, para os outros Estados Costeiros, pontua Colacrai (2004), era crucial estarem prontos para potenciais invasões, no contexto de incerteza e insegurança, haja vista o discurso geopolítico e estratégico que imperava, valorizando o interesse nacional e controle marítimo.

Figura 6 – Instalações militares na zona CPA pós-Guerra Fria



Fonte: Roston; Migliozi (2017) Apud Domingues Et al (2018)

Em 1987, a iniciativa Murmansk promoveu uma mudança de eixo na região tanto às ações geoestratégicas, quanto ao posicionamento do A5. Quando o secretário-geral russo Mikhail Gorbachev em seu discurso posicionou a Rússia a favor de uma redução radical do confronto militar na região CPA, a estratégia voltada a cooperação se concretizou. O político russo defendeu que a militarização estava se tornando incontrolável e assumindo uma ameaça de proporções grandiosas. Desse modo, logo depois, com a assinatura da Declaração de Otawa, foi instituído o *Arctic*

*Council* e as políticas externas para o espaço passaram a ser pensadas em termos de cooperação multilateral, focando o Ártico como uma região internacional. Em adição houveram em seguida tentativas de firmar acordos bilaterais, a começar entre Rússia (Antiga URSS) e EUA, liderada por Gorbachev e o presidente estadunidense da época Ronald Reagan (JACOBSEN; STRANDBJERG, 2017).

Nesse panorama, o plano estratégico do Arctic Council (2023) entrou em vigor: transformar o Ártico em uma “região de paz, estabilidade e cooperação construtiva, que é um lar vibrante, próspero, sustentável e seguro para todos os seus habitantes”, e as preocupações de segurança em geral diminuíram aos olhos do cenário internacional. Não obstante, Jacobsen e Strandsbjerg (2017) apontaram ainda haver esporadicamente reivindicações de soberania, mas eram contidas ou em pontos focais que não apresentavam risco a uma desencadeada tentativa de securitização.

Destarte, a posterior criação do AC aliada ao fenômeno do degelo e à gradual marginalização da discussão Ártica no cenário das relações internacionais, foram fundamentais para no pós-Guerra Fria a normalização e aparente equilíbrio de forças fossem alcançados. A política dos Estados Árticos se voltou para estratégias geopolíticas e respostas às progressivas transformações geográficas causadas pelas mudanças climáticas, e nesse ínterim, a cooperação dos Estados em questões não militares desenvolveu a região, que passou para um status de baixa tensão no decorrer dos anos 90 e início de 2000, ainda que um Fórum permanente regulatório para o CPA não houvesse se concretizado (SCOPELLITI, 2016).

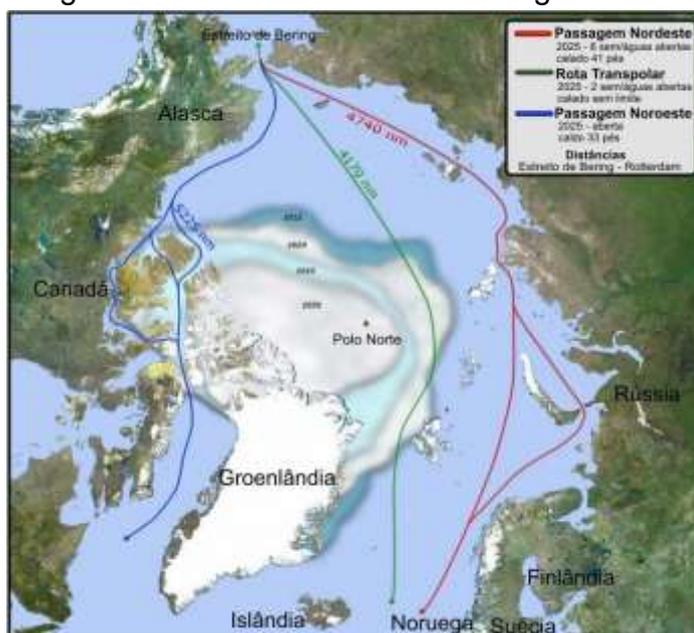
## 4.2 EXPLORAÇÃO DE ROTAS E RECURSOS NATURAIS

Após um período relativamente tranquilo no Ártico, o cenário geopolítico na região voltou a ganhar destaque. Isso ocorreu em agosto de 2007, quando a Rússia fincou sua bandeira no Polo Norte geográfico, a uma profundidade de 4.261 metros abaixo do nível do mar. Essa ação geoestratégica de reivindicação de autoridade causou preocupações entre os demais membros do A5, quanto às intenções russas em relação ao CPA (JACOBSEN; STRANDBJERG, 2017). Pouco depois, em 2008, o USGS divulgou a descoberta de grandes reservas de hidrocarbonetos, como gás natural e petróleo, na plataforma continental do Ártico. Tais reservas representam a maior área geográfica inexplorada de petróleo remanescente no mundo, estimar-se cerca de 90 bilhões de barris de petróleo e 1.669 trilhões de pés cúbicos de gás natural, em que 84% dessa quantidade está além das costeiras. É importante ressaltar

que essa notícia surgiu em um contexto de alta nos preços do petróleo e de crise financeira, o que conferiu grande recepção ao estudo em nível global. Logo, no fito de evitar o aumento da insegurança decorrente do recebimento de uma postura mais agressiva por parte da Rússia, os Estados Costeiros do Ártico (ECA) assinaram a Declaração de Ilulissat em 2008. Esse documento protegeu o interesse mútuo em cooperar e resolver questões relacionadas à atribuição de direitos soberanos no Oceano Glacial Ártico, com base no direito internacional e em dados geográficos validados. Essa medida geoestratégica legítima a transferência do domínio sobre os direitos soberanos, que poderia ser considerada como questões de segurança, para um regime jurídico codificado pela UNCLOS (HERNÁNDEZ, 2021).

As águas do Oceano Ártico consistem em águas internas, mares territoriais, zonas econômicas exclusivas e águas internacionais. Embora não haja um tratamento internacional específico que determine sua extensão, a questão jurídica da região é dividida entre os A8 que estão dentro dos limites do CPA (REI; FARIAS, 2015). Nesse panorama, o estabelecimento da declaração mostrou uma nova dinâmica sobre as rotas marítimas na região. As problemáticas ligadas ao clima e meio ambiente, apesar de serem uma preocupação mundial, revelam novas possibilidades de navegação e uso de rotas temporárias e adjacentes, formuladas ainda no período da Guerra Fria com o mapeamento e geodados: a rota nordeste (RNE), a rota noroeste (RNO) e a rota adjacente Mar do Norte.

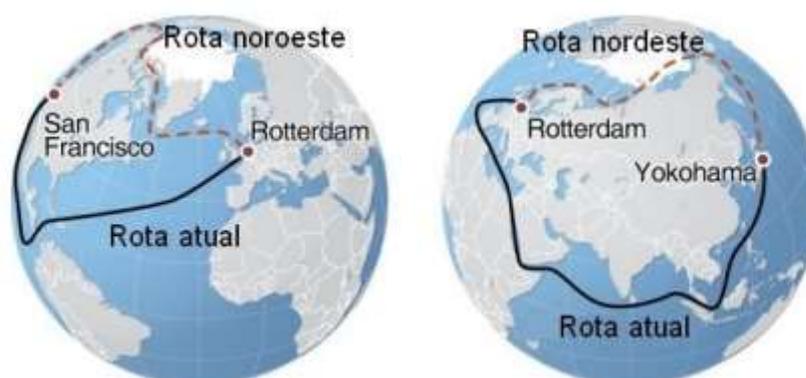
Figura 7 – as rotas marítimas na região Ártica



Fonte: Marinha dos Estados Unidos da América (2014)

A rota Nordeste é uma das principais rotas de navegação russa, uma via altamente importante para os interesses comerciais e militares do Kremlin. A rota tem uma extensão de aproximadamente cinco mil quilômetros e se estende de Murmansk até Vladivostok – ver figura 7 –, na qual movimenta um notado fluxo de recursos energéticos (SILVA; COSSUL, 2021). Descoberta no período da Guerra Fria e navegável desde 1950, a passagem sobre o norte da Rússia e Noruega vem passando por um aumento significativo de embarcações que utilizam a RNE, ultrapassados 270 navios em 2013 contando com a nítida, mas ainda tímida presença da China e outros *players* observadores do AC, considera Barents Observer (2013). Isso porque, a passagem é capaz de reduzir a viagem entre Japão (Yokohama) e Holanda (Rotterdam) para 6.500 milhas náuticas, se comparado a mesma rota feita pelo canal de Suez (11.200 milhas náuticas) – ver figura 8. A vantagem é tamanha que o governo russo usou de oportunidade para controle da via por meio do serviço prestado pela *Murmansk Shipping Company* e seus navios quebra-gelo. Como a RNE não está totalmente descongelada durante o verão, é necessário o uso de quebra gelos para acompanhar as embarcações, e esse serviço com o passar dos anos vem aumentando o valor cobrado, já passados de 40,8 dólares por tonelada (JUNIOR; SIMÕES; ROSA; 2017).

Figura 8 – rotas marítimas mais curtas via Ártico



Fonte: DISCOVERING THE ARCTIC (2012) Apud JUNIOR; SIMÕES (2013)

A adjacente da RNE, a rota do Mar do Norte é outra via que desperta o olhar internacional, pois aliada a RNE trata-se do caminho mais curto entre a Europa e Ásia – a ilustração da via na figura 7 é o desvio da rota nordeste. Inaugurada pelos soviéticos em 1931 para transporte nacional, só passou a permitir navios estrangeiros em 1991. A rota possui 2.660 milhas náuticas, mas necessita do auxílio de navios

quebra-gelo para viabilização da travessia (REI; FARIAS, 2015). Além do fato de área costeira russa compreender 53% da costa do Ártico, por meio dessa rota a presença russa no CPA se torna ainda mais significativa. A Rússia alega que a rota está dentro de sua ZEE e por isso, entendem que é uma rota de navegação interna, ao contrário da comunidade internacional que a reconhece como águas internacionais.

A jurisdição adotada no Ártico atualmente considera a declaração da UNCLOS, e nela, é permitido aos Estados a reivindicação de duas zonas estendidas: a ZEE – direitos a colunas de água – e a Plataforma Continental, direitos sobre o fundo do mar, ambos ao limite de 200 milhas náuticas. Embasado nessa diretriz, ainda que a plataforma continental ultrapasse o limite, a Convenção dá o aval para reivindicar uma zona de plataforma continental estendida. Desse modo, a Rússia usa dessa argumentação para a ação geoestratégica de exploração e reclamação da soberania sobre o Mar do Norte (JACOBSEN; STRANDBJERG, 2017).

Outra via de uso constante é a rota Noroeste, que cruza o Oceano Ártico e liga o Atlântico ao Pacífico, margeando as águas internas canadenses, sendo, portanto, de controle do Canadá – a figura 7 mostra o percurso das rotas na região. Contudo, a reivindicação de soberania sobre a passagem não é aceita por todos os ECA; os Estados Unidos, por exemplo, ainda que apoie o governo do Canadá em relação a soberania nas ilhas no norte e exercícios militares, defende que a RNO seja uma via internacional, sob jurisdição da CNUDM. A vantagem sobre o uso da passagem noroeste está na redução da distância de transporte entre EUA (São Francisco) e Holanda (Rotterdam), uma diferença de duas mil milhas náuticas sem a necessidade de passar pelo canal do Panamá, que em termos logísticos encarece o transporte – ver figura 8. (JUNIOR; SIMÕES; ROSA, 2017). Portanto, na observação dos autores, especialmente para Canadá, EUA e Rússia, as rotas apresentam um eminente potencial para vantagens operacionais e logísticas no comércio internacional, além de ser uma alternativa mais curta para acesso à Europa, Ásia e América; se comparado à via pelo canal do Panamá e Suez, traz benefícios quanto a diária de transporte, logística naval e economia em combustível.

Por outro lado, na época da GF entre 1962 e 1967, foram catalogados sessenta e um campos de petróleo e gás natural nos ECA, sendo quarenta e dois na Rússia, seis no Alasca (EUA), onze no Canadá e um na Noruega. Anos depois com a publicação do estudo da U.S Geological Survey em 2008, a notoriedade da temática na região apenas aumentou. Mesmo os recentes números sendo atrativos a grandes

empresas do ramo petrolífero, as consequências do aquecimento global sobre o permafrost no Ártico aparenta um risco para investimento de petroleiras na região, usa-se de exemplo os insucessos da Shell, ConocoPhillips e Gazprom (GOÉS, 2017).

Vale ressaltar que, conforme Bird *et al* (2023) dentre as principais produtoras de petróleo e gás no mundo, duas estão localizadas no Ártico. No noroeste da Sibéria se encontra a primeira, descoberta em 1950 e se estende 500 milhas a leste e 750 milhas norte, sendo responsável por parte da produção de hidrocarbonetos russos; a segunda fica no Alasca e produz um quinto do total no EUA, mas apenas 11% do consumo. Há outras explorações menores no noroeste canadense, porém grande maioria vai além da plataforma continental.

Ademais, o Oceano Ártico desempenha um papel significativo como viveiro para a pesca comercial, sendo uma atividade de grande valia para os países árticos. Embora um aumento da pesca industrial na região possa aumentar a disponibilidade desse recurso, é necessário ressaltar que a exploração desse setor sem uma regulamentação adequada pode ter impactos negativos não apenas nas reservas do Ártico, mas também em outras regiões do planeta. Para abordar essa preocupação, em 2015, Canadá, Estados Unidos, Groenlândia, Noruega e Rússia assinaram um acordo com o objetivo de evitar a pesca em larga escala no Oceano Ártico. No entanto, esse acordo é temporário e mais pesquisas estão em curso para a temática (GOÉS, 2017).

#### 4.3 MEDIDAS GEOESTRATÉGICAS NA ÓTICA DO DILEMA DE SEGURANÇA

Apresentada a possibilidade de navegação em passagens marítimas vantajosas logisticamente e estrategicamente, Estados Unidos, Rússia e Canadá competem pelo controle delas, como visto no subtópico anterior. Na visão de Alves (2020) o objetivo russo é assumir o protagonismo sobre toda a extensão da rota nordeste e, para além de sua disputa com a Noruega pela gestão da via, várias empresas do setor energético, petroleiro e portuário, como o caso da empresa russa Guggenheim Partners tem investido pesado em projetos de estudos nos últimos sete anos sobre a região, e desenvolvido um banco de dados de 900 projetos ligados à infraestrutura da sua costa Ártico e entornos.

Na rota do Mar do Norte, por exemplo, o transporte de cargas deu um salto significativo de 2017 a 2019, de 10,7 milhões para 31,5 milhões de toneladas e em resultado a Rússia passou a equipar tecnologicamente os portos localizados na

extensão da passagem para atender a essa nova demanda. Ainda em 2019 a Rússia desenvolveu novas regras para a Rota do Mar do Norte da Rússia (NSR), o que explica esse aumento, visto agora até metade de todas as cargas da Eurásia podem ser transportadas pela rota norte. Por conta disso, outros países, para além do Conselho do Ártico (Canadá, EUA, Noruega, Suíça, Finlândia, Dinamarca e Islândia), que se encontra condicionado as regras de soberania da ONU, à exemplo da China, Índia e até o Brasil estão de olho na região e a apontando como o novo centro comercial do mundo (ALVES, 2020).

No meio da disputa pelo poder, a tecnologia para águas congeladas é realçada como instrumento de força e gestão administrativa. Haja vista, as rotas destacadas não serem permanentes, ou seja, variam conforme a estação, é obrigatório o uso de navios quebra gelo, tanto para escolta de navios mercantes como travessia, resgate, salvamento e outros. A Rússia foi a pioneira na cobrança pelos serviços, e a fim de garantir a manifestação ostensiva da soberania estatal na região, sua política lançada em 2014, voltada ao Ártico, resultou na maior frota atual de navios quebra-gelos no mundo: quarenta navios, sendo dez deles a propulsão nuclear, o que significa maiores chances de alcançar oceanos mundiais. Os navios de quebra-gelo e de carga têm obtido êxito no cumprimento de diversas missões de transporte, como a movimentação de recursos naturais, suprimentos de equipamentos e produtos para regiões de difícil acesso (REI; FARIAS, 2015).

Na perspectiva abordada, a estratégia geopolítica russa demonstra um engajamento significativo na ampliação de bases, portos e pistas de pouso ao longo da rota do Mar do Norte. Além disso, destaca-se o intenso desenvolvimento de uma frota altamente tecnológica de quebra-gelos. Jervis (1978) entendeu que essa abordagem pode envolver uma ambiguidade de meios de força, evocando tanto uma estratégia defensiva quanto ofensiva. Além do posicionamento explícito, há também um protagonismo tecnológico subentendido no campo dos meios de transporte e possivelmente na gestão de tráfego. A postura mais agressiva dos russos também sugere uma doutrina militar voltada ao armamento e veículos nucleares como meio dissuasório, confirma Rocha (2021, p. 44) “capaz de desencorajar qualquer ataque convencional ou nuclear por parte de inimigos (EUA e OTAN), e sendo empregado em complemento às capacidades nacionais em desenvolvimento ao longo dos próximos anos”.

No mar de Barents o conflito é referente a indústria pesqueira, uma das atividades da região ártica base na economia de grande parte do A8. Os mares de Barents, Groelândia e Bering produzem juntos cerca de 10% da pesca marinha mundial. Contudo a mudança constante da temperatura da água, somada a sobrepesca tem influenciado na migração dos peixes; uma receita certa de conflitos porque acaba ocorrendo o deslocamento de cardumes para águas vizinhas, além das águas internacionais. O setor pesqueiro da Rússia está localizado em Murmansk, no entanto também mantém uma pesca extensa entre Barents e Noruega. A fim de evitar complicações no âmbito do direito internacional, a Moratória da Pesca<sup>14</sup> assinada em 2015, proposta pelo Conselho do Ártico, passou a valer a partir de 2018 com uma duração de seis anos (BIRD ET AL, 2023).

Uma terceira categoria de problemas nesse setor está relacionada com o movimento para norte de cardumes em zonas de alto mar que não são reguladas por quotas de pesca, são recursos ainda virgens e sem regulamentação internacional. [...] a moratória seja mantida até que o impacto nos ecossistemas seja estudado e estes possam ser avaliados, especialmente nas repercussões sobre focas, baleias e ursos polares bem como "o efeito sobre as populações cujos meios de subsistência e modo de vida dependem desses recursos". Os cinco Estados costeiros do Ártico têm tomado medidas nesse sentido, chegando a um acordo em Nuuk (Groenlândia), em fevereiro de 2014, no sentido de estabelecer medidas cautelares para impedir qualquer exploração pesqueira comercial no Ártico central sem contar com a existência de regulamentação mecanismos. Trata-se, no entanto, de um acordo entre os Estados costeiros do Ártico sobre um espaço não sujeito à sua jurisdição, o que suscita dúvidas quanto à sua eficácia (PÉREZ, 2014, p.143).

Relativo à soberania territorial, a ilha de Hans tem uma promissora relevância pois localiza-se no canal de Kennedy entre Ellesmere (Canadá) e Groenlândia, sendo alvo de competição entre Canadá e a Dinamarca. A disputa teve início em 1971, quando ambos os países buscaram delimitar os limites marítimos e suas plataformas continentais. Em 1973, assinaram um tratado que deixou intencionalmente em aberto a questão da soberania da ilha de Hans. Posteriormente, suspenderam temporariamente suas reivindicações; no entanto, em 1984, o Canadá reafirmou sua soberania sobre a ilha, incluindo-a em seu mar territorial. Ainda assim, tanto o Canadá

---

<sup>14</sup>Carta aberta à comunidade internacional de cientistas da organização ambientalista *Pew Environment Grupo*, tornado público em 22 de abril de 2012 por ocasião da inauguração do Ano Polar Internacional (PÉREZ, 2014)

quanto a Dinamarca fizeram visitas à ilha nos últimos anos, reavivando as tensões diplomáticas (SILVA, 2015).

Contudo, em 2004 uma divisão militar dinamarquesa plantou sua bandeira na ilha, seguida pela colocação da bandeira canadense pelo ministro da Defesa em 2005. Após isso, foi preciso uma Declaração Conjunta, via Assembleia Geral da ONU, assinada por ambos para mitigar as tensões, mas deixando a questão em aberto para discussões futuras - que não ocorreram mesmo após dez anos do documento. Os interesses principais na ilha de Hans são de natureza econômica e estratégica. Suspeita-se que existam depósitos consideráveis de petróleo, gás e minerais na região, despertando interesse econômico. Além disso, o controle da navegação na Passagem do Noroeste, tornada navegável em grande parte do ano devido ao aquecimento global e ao degelo ártico, é de interesse estratégico para os países envolvidos (SILVA, 2015).

Em seguida, aparecem países não árticos e Organizações Internacionais a emergir com grande influência no Ártico sendo caracterizadas por uma política de boa vizinhança. A China como um país observador oficial do Conselho do Ártico, se mostra nos últimos seis anos engajada em firmar notoriedade na região, por meio de parcerias comerciais e graduais relações embasadas em acordos de cooperação com os ECA. Sob esse pretexto, intensifica sua presença nos continentes e regiões globais (BIRD ET AL, 2023).

Por meio de investimentos nesses países, o Estado chinês ganha mais espaço para progredir com sua agenda regional. Desse modo, a Rússia exerce um papel de guardião do Ártico para os países asiáticos que desenvolvem agendas para a região, em especial a China. Assim, esforços diplomáticos são exercidos pela parte chinesa com outros atores do Ártico, incluindo a Rússia, por conta de todo o seu papel na região. Os interesses chineses e, em especial com a Rússia, estão focados principalmente na cooperação estratégica do setor de energia e pesquisas climáticas, sendo uma agenda que não interfere com o interesse nacional russo (SILVA; COSSUL, 2021, p.101).

A Groelândia é outro alvo chinês dentro da sua política externa ártica, voltada a construir uma infraestrutura a partir da cooperação bilateral. E no caso desse país, a estratégia chinesa a longo prazo é focada na extração de hidrocarbonetos como o petróleo, gás, terras raras, urânio, zinco e minério de ferro, conta Soendergaard e Thives (2021). Já a entrada da OTAN visa amenizar o forte posicionamento da Rússia, usando a Dinamarca, Islândia, Groelândia Noruega e Alasca (EUA) de média nas relações multilaterais da região. Sua influência é percebida hoje na gestão e controle

da lacuna de GIUK (Groelândia, Islândia, Noruega e Reino Unido), mas em contrapartida, precisa auxiliar no equilíbrio nas ilhas norueguesas quanto à estratégia de bastião, na qual a Rússia usa esse espaço marítimo de “estacionamento” para seus submarinos nucleares (SOENDERGAARD; THIVES, 2021). Assim, novamente se visualiza o que Wheler e Booth (2008) chamaram de uma posição ambígua; a medida de intensidade da OI vista exige uma escolha entre dois pontos estratégicos equilibrados, nessa circunstância, o ambiente passa a carecer de uma sensação de harmonia, gerando desconforto e irritação.

## 5 CONCLUSÃO

Na atual conjuntura internacional, marcada por uma série de desequilíbrios de poder, a emergência de novos atores e as influências das estratégias de Soft Power, é notável o protagonismo da região ártica. Estrategicamente posicionada, para além de um oceano cercado por terras, a zona do CPA detém cerca de 43% das reservas mundiais não descobertas de hidrocarbonetos. Com o degelo das calotas polares aumentando sistematicamente a uma taxa em torno de 12,6% a cada década, por conta dos efeitos do aquecimento global, potenciais rotas marítimas se tornam acessíveis por mais tempo, abrindo caminho a um vindouro comércio logístico mundial vantajoso para os países que detém sua governança: Canadá, Dinamarca (Groelândia), Estados Unidos (Alasca), Rússia, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia. Contudo, fica clara a alta militarização da região, por consequência do período de Guerra Fria em que ela era utilizada como peça chave para os Estados Unidos e a antiga União Soviética; e desse modo, o Ártico não deixou de ser fortemente baseado em divisões territoriais submetidas à autoridade nacional nos dias de hoje.

Dentro de um ambiente marcado pelo dilema de segurança, ou seja, pela incerteza da ação do outro, seja violenta ou não, os Estados Costeiros do Ártico, em especial, encontraram uma maneira de desenvolver a região por meio da cooperação multilateral. Como resultado, o Conselho do Ártico foi criado para equilibrar os poderes, tendo o auxílio da Jurisdição da CNDUM em relação a soberania no mar. Por outro lado, mesmo com um nível baixo de tensão, as recentes medidas de rearmamento da Rússia a partir de 2004 evocaram uma crescente rivalidade pelo acesso e controle dos recursos geoestratégicos entre os ECA, como também a insegurança, haja vista a dissuasão nuclear entre estadunidenses e russos no pós-Guerra Fria.

É evidente, portanto, que as complexidades geopolíticas nos Estados Árticos refletem os resquícios do distinto contexto histórico até os dias atuais. Nesse viés, presume-se que o dilema de segurança antes amenizado, agora serve de pólvora para intensificar as respostas rápidas às medidas geoestratégicas embasadas no investimento militar, no que diz respeito a reestruturação e infraestrutura tecnológicas nas bases militares, construção de submarinos movidos a propulsão nuclear e exploração de recursos naturais como minérios de ferro, petróleo e gás natural. Organizações Internacionais, a exemplo da OTAN (na qual quatro de seus países

membros compõe o A8) e países não árticos como a China, têm acessado com mais constância as relações geopolíticas árticas por meio de acordos comerciais, parcerias no setor de hidrocarbonetos e até apoio militar, no fito de conter a uma maior presença russa na região e quiçá global, haja vista a postura mais agressiva adotada pelo Kremlin nos últimos seis anos.

No entanto, essas novas proximidades vão mais além do que somente tentar frear a escalada russa, também oportunizam discussões geoestratégicas focadas na soberania de recursos energéticos e influência regional. É o que se observa nas atuais políticas externas para o Ártico: acordos comerciais com moratórias que limitam a pesca extensiva, iniciativas voltadas a recursos energéticos, a ver no acordo comercial sino-russo; na percepção ambiental do Greenpeace e programas de monitoramento dos EUA e Canadá; nos investimentos tanto de infraestrutura portuárias nas costas localizadas em plataformas continentais, quanto em pesquisas direcionadas a viabilização de rotas marítimas, à exemplo da via Transpolar e investimento tecnológico na rota noroeste; e por último, os encontros do Conselho do Ártico a cada dois anos que envolvem a Noruega, Groelândia, Islândia e Estados Unidos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O degelo do Ártico e o atalho na rota comercial norte entre o Leste Asiático e a Europa**. 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/10/14/o-degelo-do-artico-e-o-atalho-na-rota-comercial-norte-entre-o-leste-asiatico-e-a-europa/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ARCASSA, Wesley de Souza; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **Ratzel: Para além do determinismo geográfico**. São Paulo: Unesp, 2011.

ARCTIC REGION. [S. l.]: **Mapsland**, 2021. Disponível em: <https://www.mapsland.com/world/arctic-region>. Acesso em: 20 mar. 2023

ATLAND, Kristian. Interstate Relations in the Arctic: an emerging security dilemma?. **Comparative Strategy**, [S.l.], v. 33, n. 2, p. 145-166, 15 mar. 2014. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01495933.2014.897121>. Acesso em: 06 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. Russia's Armed Forces and the Arctic: All Quiet on the Northern Front?. **Contemporary Security Policy** [S.l.], v. 32, n. 2, p. 267-285, 26 ago. 2011. DOI: 10.1080 /13523260.2011.590354. Acesso em: 10 out. 2022.

BARENTS, OBESERVER. **Towards commercial breakthrough for Northern Sea Route**. 2013. Disponível em: <<http://barentsobserver.com/en/arctic/2013/07/towards-commercial-breakthroughnorthern-sea-route-30-07>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BIRD, J. Brian et al. **Arctic**. 2023. Coordenada por: Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Arctic>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BYERS, Michael; COVEY, Nicole. Arctic SAR and the “security dilemma”. **International Journal: Canada's Journal of Global Policy Analysis**, [S.L.], v. 74, n. 4, p. 499-517, dez. 2019. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0020702019890339>. Acesso em 02 jul. 2023.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 580 p.

COLACRAI, Miryam. *El Ártico y la Antártida en las relaciones internacionales*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. **El Ártico y la Antártida**. Rosário: Cerir, 2000. 186 p.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

COUNCIL, Arctic. **About the Arctic Council**. 2023. Disponível em: <https://arctic-council.org/about/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

DOMINGUES, Nuno José de Melo Canelas Sobral; *Et al.* A importância do Ártico na Segurança Internacional. **Revista de Ciências Militares**, [S.l.], v. VI, n.2, p. 17-50, nov. 2018. Instituto Universitário Militar.

FALLADA, Juan Ramón. Los debates sobre la gobernanza en el Ártico. Entre el realismo, la utopía y la distopía. **Revista Catalana de Dret Ambiental**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 1-40, 27 dez. 2018. Universitat Rovira I Virgili. <http://dx.doi.org/10.17345/rcda2154>. Acesso em: 10 mai. 2023.

GÓES, Juliano Cesar Shishido. O Ártico Sob O Olhar De Copenhague: A Securitização Da Região Ártica No Pós-Guerra Fria. **O Cosmopolítico**, Recife, v. 4, n. 3, p. 1-12, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ocosmopolitico/article/view/53772/31623>. Acesso em: 22 fev. 2023.

GOMES, Paulo César da Costa. O Conceito de Região e sua Discursão. In: Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 51 - 73.

GREENPEACE. *Ártico, el oceano más desprotegido del planeta*. Madri: [S.I.], 2015. 20 p.

GUEDES, Armando Marques. **O Conselho do Ártico**. Lisboa: Observare. Universidade Autónoma de Lisboa, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/2982>. Acesso em: 04 mar. 2023.

HEININEN, Lassi; SERGUNIN, Alexander; YAROVY, Gleb. **Russian Strategies in the Arctic: Avoiding a New Cold War**. Moscou: Valdai, 2014. Disponível em: <https://valdaiclub.com/files/11482/>>. Acesso em: 09 jun 2023.

HERNÁNDEZ, Silvia Marina Rivas de. La importancia estratégica del Ártico en la geopolítica marítima. **Revista Relaciones Internacionales**, El Salvador, v. 30, n. 61, p. 1-15, nov. 2021. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI Vol 30- nº 61/2021>. Acesso em: 11 set. 2022.

HERZ, John H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. **World Politics**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 157-180, jan. 1950. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.2307/2009187>. Acesso em: 23 dez. 2022.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às relações internacionais*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 479 p.

JACOBSEN, Marc; Strandsbjerg, Jeppe. Desecuritization as Displacement of Controversy: geopolitics, law and sovereign rights in the Arctic, **Politik**, vol. 20, no. 3, 2, p. 15-3, 2017.

JERVIS, Robert. 1978. "Cooperation under the Security Dilemma". **World Politics** 30, no. 2: 167–214.

JUBRAN, Bruno Mariotto; LEÃES, Ricardo Fagundes; VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. **Relações internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2015. 28 p.

LIMA, Maria Regina S. Instituições Democráticas e Política Exterior. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, jul/dez, 2000, p. 265-303.

MEANA, Álvaro García. **El Ártico**: un espacio de cooperación internacional. 2018. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Derecho y Ciencias Políticas, Universitas Completensis Matritenses, [S.I.], 2018.

MELLO, Valérie Campos. Globalização, regionalismo e ordem internacional. **Revista Brasileira Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 157-181, jan. 1999.

MENDES, Flávio Pedroso; REZENDE, Lucas P. O dilema da segurança como realidade fundamental da política internacional: debate teórico e implicações para a América do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, 2020, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 13-42. <http://dx.doi.org/10.26792/rbed.v7n1.2020.75140>. Acesso em: 07 jan. 2023.

MENDES, Flávio Pedroso. Dilema de Segurança e os desafios para a Paz: o debate teórico. In: II ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS PARA A PAZ, 2., 2017, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: UEPB, 2017. p. 1-18.

MILANI, Carlos R. S. Governança Global e meio ambiente: como compatibilizar economia, política e ecologia. Governança Global: utopia, desafio ou armadilha? In: NEVES, Carlos Augusto dos Santos. **Governança Global** – A reorganização da política em todos os níveis de ação. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung. 1999.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ratzel* (Introdução). São Paulo, Ática, 1990.  
NASA. **Arctic Sea Ice Below Average in Winter 2023**. 2023. Disponível em: <https://earthobservatory.nasa.gov/images/151115/arctic-sea-ice-below-average-in-winter-2023>. Acesso em: 22 mar. 2023.

NSIDC. **Concentração de Gelo Marinho**. 2023. Disponível em: <https://nsidc.org/data/soac/sea-ice-concentration>. Acesso em: 12 mar. 2023.

PÉREZ, Conde Elena. **Geopolítica del Ártico**: el Derecho Internacional ante los retos del cambio climático. Cursos de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales de Vitoria-Gasteiz, Aranzadi, 2014. pág. 99-159. Disponível em: <https://www.ehu.eus/documents/10067636/10825000/2014-Elena-Conde-Perez.pdf/0169515c-c683-a2e6-9adc-f609670a9889?t=1540306287000>. Acesso em 17 jun 2023.

PICCININI, Gabriel de Rezende. **Repensando o Dilema de Segurança na América do Sul**: o Brasil e os gastos em defesa na região. 2015. 68 p. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://l1nq.com/66Rjf>. Acesso em: 02 abr. 2023.

RATZEL, Friedrich. *La géographie politique*. Paris, Fayard, 1987.

REI, Fernando; FARIAS, Valeria Cristina. O grande jogo do Ártico: reflexões com base na perspectiva de exploração econômica à tutela ambiental. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 1, 2015 p. 185-199.

ROCHA, Douglas de Quadros. Armamento Nuclear e a cultura estratégica russa: concepções geopolíticas à serviço da defesa nacional. In: FOLMER, Ivanio *et al.* **Geopolítica Poder e Território**. São Paulo: FFLCH-USP, 2021. p. 38-52. DOI 10.11606/9786587621463 Acesso em: 15 jun. 2023.

RODRÍGUEZ, Nuria García. **A problemática do ártico na atualidade uma visão estratégica**. 2021. 317 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Católica Instituto de Estudos Políticos, Lisboa, 2019.

SCOPELLITI, Marzia; PÉREZ, Elena Conde. Defining security in a changing Arctic: helping to prevent an arctic security dilemma. **Polar Record**, [S.L.], v. 52, n. 6, p. 672-679, nov. 2016. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0032247416000528>. Acesso em: 12 out. 2022

SENHORAS, Elói Martins. A dinâmica regional nas relações internacionais. **Conjuntura Global**, [s. l], v. 4, n. 3, p. 403-423, 2015.

SENHORAS, Martins Elói. A geoeconomia dos espaços regionais transnacionais. In: TORRES, F. T. P. et al. (org). **Contribuições geográficas**. Ubá: Editora Geographica, 2009.

\_\_\_\_\_. A dinâmica regional nas relações internacionais. **Conjuntura Global**, [s. l], v. 4, n. 3, p. 403-423, 2015.

SILVA, Pedro Henrique Iranço; COSSUL, Naiane Inez. O degelo no Ártico e a nova frente geopolítica para a Rússia. **Conjuntura Global**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 85-105, 27 abr. 2021. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/cg.v10i1.76150>. Acesso em: 17 set. 2022.

SILVA, Alexandre Pereira da. O direito internacional e o renovado interesse pelo Ártico. **Revistas Electrónicas del Instituto de Investigaciones Jurídicas de La Unam**, México, v. 1 p. 213-253, ago. 2015. Disponível em: <https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SIMÕES, Jefferson Cardia; JUNIOR, Souza. A Rápida retração do gelo marinho no Ártico e as tensões socioambientais associadas. III Simpósio Nacional de Geografia Política. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, V7, p. 349-360, 2013.

SOENDERGAARD, Niels; THIVES, Victor. Montando o dragão na luta pela independência: cooperação sino-groenlandesa em projetos de grande escala no mar ártico. **Meridiano 47**, Brasília, v. 23001, n. 23, p. 1-16, nov. 2021.

TANG, Shiping. The Security Dilemma: a conceptual analysis. **Security Studies**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 587-623, 18 set. 2009. <http://dx.doi.org/10.1080/09636410903133050>. Acesso em: 20 fev. 2023.

WALTZ, Kenneth N. (1979) *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill.

WHEELER, Nicholas; BOOTH, Ken. **The Security Dilemma: Fear, Cooperation and Trust in World Politics**. Londres: Palgrave Macmillan, 2008.

WILSON, S J; MURRAY, J L; HUNTINGTON, H P. **Physical/Geographical Characteristics of the Arctic**. Oslo: Arctic Environmental Assessment Programme (AMAP), 1998. 16 p.

HARPER COLLINS PUBLISHERS. **The American Heritage Dictionary**. 2008.  
Disponível em: <https://ahdictionary.com/word/search.html?q=download>. Acesso em: 13 jun. 2023.